

# Poli

SAÚDE • EDUCAÇÃO • TRABALHO

CLT OU PJ?

O que está por trás do  
embate nas relações  
de trabalho no país

DOENÇAS DA DESIGUALDADE

A miséria que adoece,  
ontem e hoje

Fechamento autorizado - pode ser aberto pelos correios



Fechamento autorizado - pode ser aberto pelos correios

...pa  
 o Nacion  
 anciame  
 ...do m  
 edistri  
 a Padrão mínimo de qualidade  
 valiação educacional Plano Nacional de E  
 ança Justiça redistributiva Avaliação educaci  
 toramento Planejamento Avaliação educacional Moni  
 oramento Planejamento Políticas de educação Sistema de dados  
 dados Investimentos públicos Planejamento Políticas de educação  
 cos União Políticas de educação Sistema de dados Investimentos públicos  
 União Estados Sistema de dados Investimentos públicos União Estados Investime  
 antil União Estados Municípios Ensino infantil União Estados Municípios Ensino in  
 sino médio Ensino fundamental Municípios Ensino infantil Ensino médio Ensino fun  
 damental Participação social Ensino infantil Ensino médio Ensino fundamental F  
 amental Participação social Controle social Ensino fundamental Participa  
 controle social Organização Articulação Participação social  
 superior Controle social Organização Articulação Ensino  
 Escola pública Pacto federativo Articulação Ensino  
 eração Ensino superior Escola pública Pacto f  
 ativo Cooperação Gestão tripartite Financiam  
 ento CAQ Cooperação Gestão tripartite Fi  
 nanciamento CAQ Padrão mínimo de qu  
 idade Plano Nacional de Educação Gr  
 ão Governança Justiça redistributiva P  
 Justiça redistributiva Avaliação educa  
 lucacional Monitoramento Governan  
 Avaliação educacional Monit  
 íticas de educação Ave  
 to Políticas de  
 vestimentos p  
 entos públi  
 públicos Uni  
 io Estados Mur  
 io Ensino fund  
 médio Ensino f  
 anização F  
 le sc  
 f  
 f

## Sistema Nacional de Educação

A história, os avanços  
e as disputas



# ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) é uma unidade técnico-científica da Fiocruz que promove atividades de ensino, pesquisa e cooperação no campo da Educação Profissional em Saúde. A EPSJV oferece cursos técnicos de nível médio, de especialização e de qualificação nas áreas de Vigilância, Atenção, Informações e Registros, Gestão, Técnicas Laboratoriais, Manutenção de Equipamentos e Radiologia, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de um Programa de Pós-graduação em Educação Profissional em Saúde.

A EPSJV coordena e desenvolve programas de ensino em áreas estratégicas para a Saúde Pública e para Ciência e Tecnologia em Saúde; elabora propostas para subsidiar a definição de políticas para a educação profissional em saúde e para a iniciação científica em saúde; formula propostas de currículos, cursos, metodologias e materiais educacionais; e produz e divulga conhecimento nas áreas de Trabalho, Educação e Saúde. A Escola também é Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde para a Educação de Técnicos em Saúde e Secretaria Executiva da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS).

## [www.epsjv.fiocruz.br](http://www.epsjv.fiocruz.br)



/polifiocruz



@polifiocruz



@polifiocruz



polifiocruz



polifiocruz



+55 (21) 96473-6462\*

\*Para receber as mensagens da lista do WhatsApp da EPSJV você precisa salvar esse número no seu telefone e enviar uma mensagem com seu nome completo.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO  
Av. Brasil, 4.365 – Manguinhos – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 21040-360  
Tel.: 21 3865-9797



Revista

# Poli

SAÚDE • EDUCAÇÃO • TRABALHO

## EXPEDIENTE

Ano XVIII - Nº 103 - jan./fev. - 2026

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde  
ISSN 1983-909X

**Coordenadora de Comunicação, Divulgação e Eventos**  
Talita Rodrigues

### Edição

André Antunes  
Erika Farias

### Reportagem

André Antunes  
Erika Farias  
Giulia Escuri

### Projeto Gráfico

Maycon Gomes

### Diagramação

José Luiz Fonseca Jr.  
Marcelo Paixão  
Maycon Gomes

### Capa

Maycon Gomes

### Mala Direta e Distribuição

Valéria Melo

### Portal EPSJV

Cátia Guimarães

### Mídias Sociais

Larissa Guedes

### Comunicação Interna

Julia Neves  
Talita Rodrigues

### Editora Assistente de Publicações

Gloria Carvalho

### Assistente de Gestão Educacional

Solange Maria

### Tiragem

11.250 exemplares

### Periodicidade

Bimestral

### Gráfica

Imprimindo Conhecimento

### Conselho Editorial

Adriana Ricão  
Alexandre Moreno  
Ana Cristina Reis  
Anamaria Corbo  
André de Paiva  
Andréa Oliveira  
Angélica Fonseca  
Antônio Marinho  
Camila Borges  
Carla Cabral  
Edilene Menezes  
Etelcia Molinaro  
Geandro Pinheiro  
Jefferson Almeida  
Márcia Valéria Morosini  
Márcia Lopes  
Raphael Quintanilha  
Sérgio Ricardo de Oliveira  
Viviane Soares

## SUMÁRIO

2

### NOTAS

4

### CAPA

SNE: um marco histórico, ainda em disputa

10

### SAÚDE

Doenças que revelam desigualdades

14

### ABRASCÃO

Defesa da democracia se destaca como pauta emergencial para a Saúde Coletiva

18

### ENTREVISTA

Jaqueline Muniz  
*'A violência é um problema de saúde pública desde o seu início, e não apenas em seus efeitos'*

22

### TRABALHO

Brasil entre a CLT e o CNPJ

27

### O QUE É, O QUE FAZ?

COP

Receba a Revista Poli e assine nosso boletim!



[www.epsjv.fiocruz.br](http://www.epsjv.fiocruz.br)

### Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Sala 306  
Av. Brasil, 4.365 – Mangueiras – Rio de Janeiro - RJ CEP: 21040-360  
Tel.: (21) 3865-9718 Fax: (21) 2560-7484 –  
E-mail: [comunicacao.epsjv@fiocruz.br](mailto:comunicacao.epsjv@fiocruz.br)





## AdaptaSUS recebe R\$ 9,8 bilhões em investimento

O Ministério da Saúde (MS) anunciou durante o 14º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva (Abrasção) um aporte de R\$ 9,8 bilhões para o novo Plano Nacional de Resposta a Emergências Climáticas (AdaptaSUS), programa apresentado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30). O objetivo é tornar o Sistema Único de Saúde (SUS) mais robusto e resiliente aos impactos da crise climática. São 27 metas e 93 ações de curto, médio e longo prazo, tendo como objetivos específicos: o aperfeiçoamento da vigilância em saúde; o aprimoramento da atenção primária, incluindo planejamento de infraestruturas e equipes; a ampliação da promoção e educação em saúde, voltada a conscientização popular; e um reforço nas estratégias de Ciência, Tecnologia, Inovação e Produção, com o foco na adaptação do SUS às mudanças climáticas. Entre as ações previstas estão a construção de novas unidades de saúde e a compra de equipamentos resistentes às mudanças climáticas. Segundo o portal Gov.br, na ocasião, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, afirmou que “debater saúde e clima é uma questão de equidade. Precisamos de um sistema que se antecipe, responda e se adapte às mudanças climáticas para garantir atendimento a todos”.



CANVA

## Lula sanciona orçamento de 2026 com mais recursos para saúde e educação

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou no dia 15 de janeiro a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2026. Saúde e educação terão mais recursos em relação a 2025. A LOA prevê a destinação de R\$ 271,3 bilhões para o SUS em 2026, quase 7% de aumento em relação ao ano passado: R\$ 254,1 bi. Na educação, o crescimento foi maior, de 13%: estão previstos R\$ 233,7 bi para a área em 2026, contra R\$ 206,1 bi em 2025. Em dezembro, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) havia divulgado nota alertando para um corte de

R\$ 186 milhões no orçamento dos institutos federais na versão da LOA aprovada pelo Congresso Nacional. Com os vetos feitos por Lula ao texto, os valores foram restabelecidos. A LOA aprovada prevê ainda a destinação de R\$ 11,47 bilhões ao Pé de Meia, programa de incentivo financeiro para combater a evasão entre estudantes no ensino médio, e R\$ 158,6 bilhões ao programa Bolsa Família. Já o salário-mínimo foi reajustado com ganho real aos trabalhadores, passando de R\$ 1.518 para R\$ 1.621, um aumento de 6,78%, acima da inflação medida em 2025, que foi de 4,26%.



MARCELO CAMARGO / ABR





## PNE 2024-2034 é aprovado na Câmara por unanimidade

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou, por unanimidade, o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2024-2034. O documento traz 19 objetivos estratégicos e metas para a educação brasileira pela próxima década, prevendo ainda a valorização dos profissionais da educação. Além disso, amplia os investimentos em educação para 7,5% do PIB em sete anos, devendo chegar a 10% em dez anos. Em seu site, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação publicou um posicionamento apontando preocupações e cobrando do Senado a correção de retrocessos que possam garantir o bom funcionamento público para a educação pública. Em nota, a organização destaca o fomento à expansão do setor privado na educação: “Isso se evidencia na exclusão da prioridade de investimento na rede pública de educação infantil, na criação de um programa que direciona recursos públicos para bolsas em instituições privadas de ensino superior. Além disso, incorporou, nos últimos dias da tramitação antes da votação, avaliações internacionais em larga escala. Ademais, o texto segue lacunar quanto à militarização de escolas e restringe a seleção de diretores apenas por critérios de mérito e desempenho, eliminando a possibilidade de eleição”. O novo plano (PL 2614/24) substituirá a Lei 13.005, que aprovou o PNE 2014-2024, em vigor até o fim de 2025, e está agora em fase de aprovação no Senado para se tornar lei.



## Pesquisa aponta que risco de suicídio é mais elevado entre jovens

O 2º Informe Saúde Mental, parte do ciclo de boletins sobre a situação de saúde da juventude brasileira produzido pela Agenda Jovem Fiocruz e pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), trouxe novos dados sobre transtornos mentais e comportamentais em populações jovens. De acordo com o relatório, entre 2022 e 2024 houve 262.606 internações no SUS de jovens por estas razões, o que representa 579,5 internações para cada 100 mil habitantes. Entre jovens de 20 a 29 anos, esse número sobe para 719,7 casos. Outro dado destacado pelo estudo é o risco de suicídio mais elevado entre jovens (31,2/100 mil habitantes), especialmente entre 25 e 29 anos (36,8 por 100 mil). Vale ressaltar que no restante da população o percentual é de 24,7/100 mil. O risco é ainda mais elevado entre homens jovens (48,3/100 mil) especialmente entre 25 e 29 anos (60,4/100 mil habitantes).



## Ministério da Saúde lança nova versão da Caderneta da Pessoa Idosa



Mais didática e acessível. Essas são as principais novidades da versão atualizada da Caderneta da Pessoa Idosa, que além de trazer linguagem simples, também incluirá informações de saúde mental, seguridade social, entre outros temas. A mudança acontece para facilitar seu uso e promover uma melhora na atenção primária deste público. De acordo com o Ministério da Saúde, outro avanço é “a inclusão do Indicador do Cuidado da Pessoa Idosa no cofinanciamento da Atenção Primária, fortalecido pelo Saúde Brasil 360º – estratégia que consolida a APS como eixo central do SUS e organiza um ciclo completo de cuidado com foco em idosos, mulheres, crianças e gestantes”. Já é possível acessar a nova versão digital no portal do MS; em breve, as atualizações também estarão disponíveis no app Meu SUS Digital. Segundo o órgão, novas versões físicas da caderneta serão distribuídas pelo Brasil.



# SNE:

## UM MARCO HISTÓRICO, AINDA EM DISPUTA

Criação do Sistema Nacional de Educação é motivo de comemoração, mas lacunas deixadas pela nova lei causam apreensão, dizem especialistas. Regulamentação do sistema deve determinar a medida do seu sucesso – ou fracasso

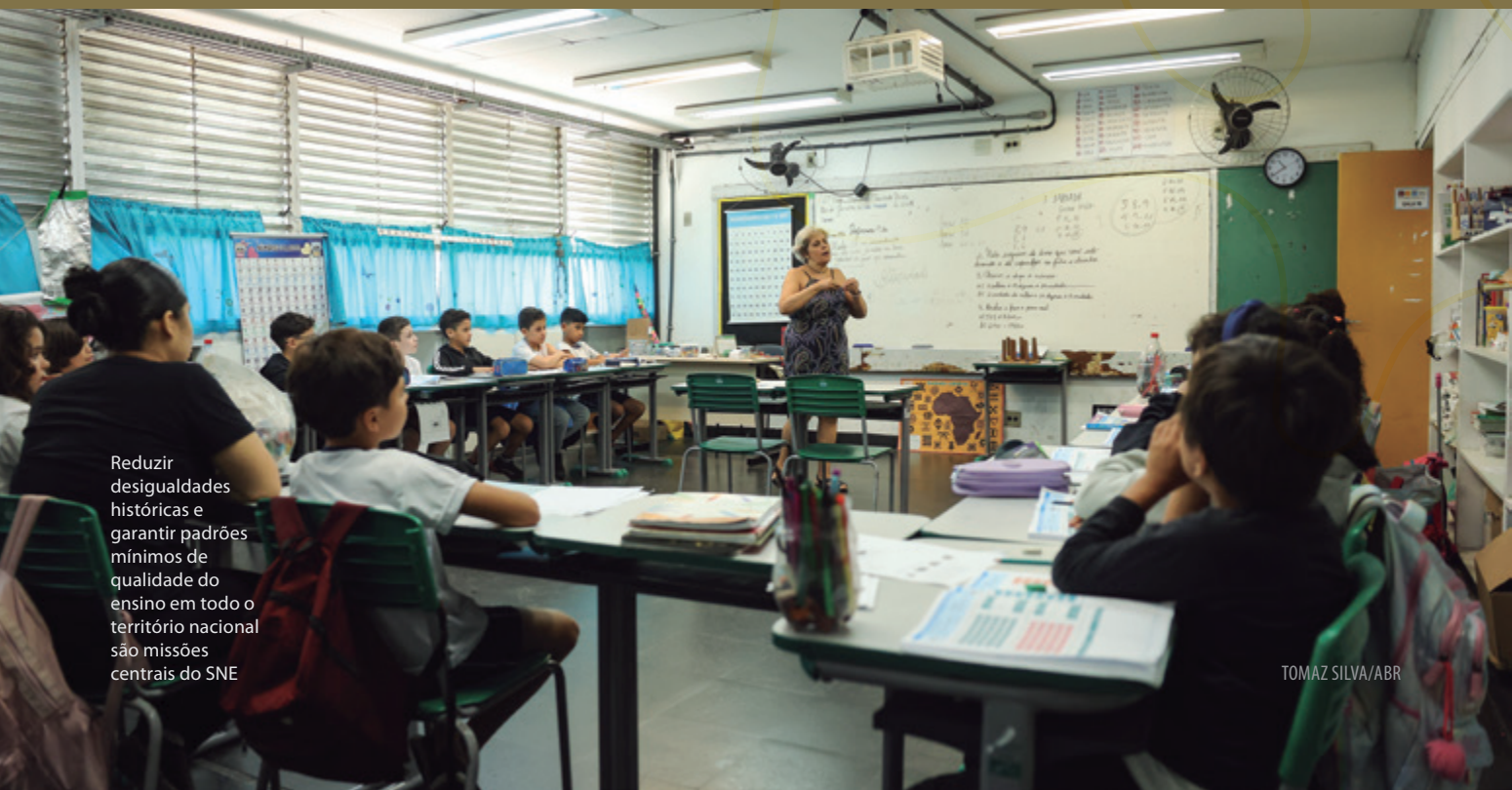
ANDRÉ ANTUNES

Uma espera de mais de 90 anos se encerrou no dia 31 de outubro de 2025. Essa foi a data em que foi sancionada a Lei Complementar 220/2025. Ela instituiu o Sistema Nacional de Educação, o SNE, dando materialidade a uma demanda cujos marcos iniciais remontam à década de 1930. Mais precisamente a 1932, quando foi publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento considerado uma referência histórica da defesa da escola públi-

ca, universal e laica no Brasil, em uma época em que a República brasileira somava pouco mais de 40 anos. O manifesto reivindicava ali o papel central do Estado na organização da educação nacional e articulação entre diferentes níveis e sistemas de ensino espalhados pelo território. Entre 1932 e 2026 muita coi-

sa mudou, mas persistem várias das desigualdades estruturais da educação que já tiravam o sono dos intelectuais signatários do Manifesto há 93 anos – e seguem sendo objetos de debate público e disputa política. Reduzir essas desigualdades é a finalidade central do novo sistema. Mas o que muda a partir de agora?

Reduzir desigualdades históricas e garantir padrões mínimos de qualidade do ensino em todo o território nacional são missões centrais do SNE





## Uma linha do tempo

Ao longo de quase um século, a criação de um sistema nacional de educação no Brasil seguiu pautando o debate educacional de diferentes formas, e essa reivindicação sofreu resistência vinda de vários lados até o sistema ser finalmente inscrito no ordenamento jurídico brasileiro.

Apesar de o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova não falar explicitamente em um sistema, ele serviu como um marco simbólico desse debate. Assinado por intelectuais da época como Anísio Teixeira e Cecília Meirelles, o documento faz uma defesa dos princípios que regem um sistema como pilares da garantia, pelo Estado, do direito à educação pública e universal: o compartilhamento de responsabilidades educacionais entre União, estados e municípios, com coordenação nacional e planejamento sistêmico, por exemplo. Segundo Gilda Cardoso, professora da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), no âmbito educacional, o Brasil de 1932 vivia ainda as marcas produzidas por uma norma editada no Império: o chamado Ato Adicional de 1834. Ele descentralizou as responsabilidades sobre a oferta da instrução primária e secundária (equivalentes aos atuais ensino fundamental e médio) às províncias, desencadeando uma tradição de desigualdade regional na educação pública no Brasil. “Isso se manteve durante todo o período republicano, e o apelo a uma política mais ordenada pela União na área de educação é quase estrutural”, destaca.

Nas primeiras décadas do século 20 o país passou por transformações sociais e econômicas que reforçaram as pressões por mudanças na educação pública, como os processos incipientes de industrialização e urbanização do país, a criação de universidades públicas e o começo da institucionalização da ciência. Foi nesse contexto que os signatários do Manifesto defenderam a adoção, pelo Estado, de uma concepção modernista de educação, baseada em valores democráticos e no conhecimento científico, em contraposição ao ensino religioso, visto como expressão do atraso. O documento ainda introduziu a ideia de que a educação pública precisava ser organizada e articulada em âmbito nacional, a partir de princípios como financiamento equitativo, profissionalização docente, orientações curriculares comuns e federalismo cooperativo.

A partir daí, a demanda pela criação de um sistema que organizasse a educação nacional sofreria a oposição de alguns atores, segundo o professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) Carlos Jamil Cury. Em entrevista ao Portal EPSJV em novembro, ele explicou que o primeiro deles foi o setor privado, atuante principalmente nos debates que culminariam na Constituição de 1934 e nas discussões sobre a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961. “A iniciativa privada acusava essa expressão conceitual de ser uma cortina de fumaça para instaurar no Brasil o monopólio estatal da educação”, disse Cury, destacando que uma posição similar chegou a ser defendida por parlamentares durante audiência pública sobre o projeto de lei que criou o SNE em 2025. Esse embate marcou também o processo de discussão sobre a LDB aprovada em 1996. “Na década de 1990 nós tínhamos a Federação das Instituições Particulares de Ensino, que dizia que ‘não tem que ter sistema, porque vai tirar a minha autonomia, tirar a minha liberdade’”, resgata Gilda Cardoso. Segundo ela, esse argumento também foi usado por alguns estados e municípios.

As idas e vindas da conturbada história política da República brasileira – marcada por sucessivas rupturas democráticas e governos ditatoriais – também atrasaram a evolução do debate. Embora tivesse havido normas nacionais criadas durante o Estado Novo – como a Reforma Capanema, a partir de 1942 – e a ditadura militar, elas não foram construídas com base em um federalismo cooperativo, e sim impostas de cima abaixo, da União para estados

e municípios. Mas o debate também pouco avançou nos breves intervalos democráticos, como entre 1946 e 1964, período marcado pela descentralização de responsabilidades para estados e municípios sem uma coordenação nacional e, no plano político, por disputas entre interesses públicos e privados e entre ensino laico e religioso, que concentraram boa parte do debate educacional da época e da tramitação da LDB de 1961.

Essa agenda voltou a ganhar corpo no final da primeira década dos anos 2000, com a realização da Conferência Nacional de Educação Básica (Coneb), em 2008, que recolocou a pauta do Sistema Nacional de Educação e do regime de colaboração federativa em discussão, segundo Cardoso. A Coneb foi um instrumento previsto pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) lançado em 2007, no qual foi inscrito um Plano de Ações Articuladas (PAR), para repasse federal de apoio técnico e financeiro aos municípios. Um passo na direção da instituição de uma lógica de cooperação federativa estruturada e permanente, ao invés dos convênios fragmentados, segundo a professora da Ufes. “No âmbito desse plano havia a proposição de um sistema articulado e nacional de educação, que a gente achava até que era redundante, pois não existe sistema desarticulado. Mas o MEC dizia que não, que tem que reforçar a articulação”, resgata Cardoso. Essa foi a terminologia adotada nas duas conferências nacionais de educação que se seguiram, em 2010 e 2014, e que tiveram a construção do sistema como tema central. Em 2014 também foi apresentado o primeiro projeto de lei complementar para criação do SNE, do deputado Ságuas Moraes (PT-MT). “Ele serviu de matriz para os projetos subsequentes, e traz bastante dos anseios que nós tínhamos naquela época para definir o que a gente esperava de um Sistema Nacional de Educação”, aponta Cardoso, ressaltando, no entanto, que a lei aprovada em 2025 ficou “mais enxuta”. A demora na tramitação explica-se pela ruptura provocada pelo golpe parlamentar de 2016 e subsequentemente pelo governo de Jair Bolsonaro, que reorientaram prioridades educacionais, fazendo com que a discussão só voltasse à agenda a partir de 2023. “Pelo tempo que levou, a gente tem que comemorar a aprovação do Sistema. Houve todo um esforço para que o sistema fosse regulamentado. Nesse sentido, é uma vitória”, pontua Cardoso.

## Uma vitória, ainda que parcial

Para Andressa Pellanda, coordenadora da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a aprovação do SNE representa um “marco histórico”, mas com “avanços limitados”. A criação de um marco legal para a coordenação federativa, visando superar a fragmentação das políticas educacionais entre União, estados e municípios é vista por ela como principal avanço da nova lei. “O Brasil precisa de um SNE para superar desigual-



dades regionais, melhorar o financiamento e a gestão colaborativa, e cumprir o Plano Nacional de Educação. O projeto aprovado supre parcialmente essa demanda, estabelecendo mecanismos de cooperação, mas em um texto fraco e lacunar”, ressalta ela, explicando que a correlação de forças no Congresso Nacional “influenciou profundamente a tramitação”. “A resistência de setores econômicos a maiores gastos e a articulação do relator e outros parlamentares, ligados a grupos econômicos, por uma versão consensual levaram a um projeto menos ousado do que o defendido pela sociedade civil, com mecanismos de implementação que dependem de futuras negociações”.

Gilda Cardoso segue a mesma linha: “Como toda legislação, essa também se insere em um processo de correlação de forças nesse percurso da regulamentação, com as disputas entre diferentes atores sociais, interesses dentro do Congresso Nacional, conformações político-partidárias. Então eu considero um avanço a gente ter uma lei, mas existem desafios daqui em diante”, pondera. Entre os avanços, além daqueles citados por Pellanda, ela cita, como uma novidade da lei 220/2025, a instituição da Infraestrutura Nacional de Dados da Educação (Inde), com o objetivo de promover a interoperabilidade (que é a capacidade de sistemas se comunicarem, trocarem dados e funcionarem em conjunto), o compartilhamento, a qualidade e a segurança dos dados educacionais dos estabelecimentos e dos sistemas de ensino em âmbito federal, estadual e municipal. “Podemos fazer políticas mais consistentes de busca ativa, por exemplo, para enfrentar a evasão escolar. Isso é um aspecto positivo da lei”, ressalta Cardoso.

Já Luiz Miguel Garcia, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) comemora a criação do SNE, e avalia que “iniciar um processo de organização” da educação é um avanço importante, “independente da qualidade final do texto”. “Nós temos um momento político bastante complexo, instável. E às vezes é preciso ceder para chegar a pontos nos quais se avance. O projeto não é 100% do que a Undime defendia, mas tem elementos que contemplam as nossas expectativas”, ressalta. Ele cita como principal avanço a criação da Comissão Intergestores Tripartite da Educação, a Cite, como instância de pactuação e articulação entre União, estados e municípios. “Nós passamos a ter condição de olhar a educação brasileira de uma forma global”, aponta Garcia, complementando que essa é uma questão que ainda deve ser regulamentada pelo governo federal. “A gente começa a ter condição de pensar de fato em políticas de Estado, pactuadas em uma instância de escala nacional”, aposta.

A coordenadora da Câmara de Ensino do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (Conif) Luzia Mota, também espera que a criação do SNE possa trazer avanços no planejamento e na continuidade das

políticas educacionais. “Esperamos que o SNE rompa com a lógica da improvisação e das políticas fragmentadas de governo, que historicamente fragilizam a educação como um todo e, de maneira ainda mais acentuada, a Educação Profissional e Tecnológica”, diz Mota. Para ela, o SNE representa um “reconhecimento explícito” da educação profissional no “centro da agenda nacional”, por meio da previsão de que sejam criados processos de avaliação e padrões de qualidade específicos para essa modalidade de oferta, por exemplo. Ela espera que o novo sistema possa trazer avanços em áreas prioritárias para a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica: “financiamento compatível com as necessidades reais da Rede Federal; assistência estudantil fortalecida, com alimentação escolar assegurada – considerando que hoje a Rede Federal não tem garantia de alimentação e transporte; planejamento federativo efetivo, capaz de articular o Ensino Médio Integrado às redes estaduais; e indicadores nacionais da EPT, que valorizem a excelência dos Institutos Federais e evidenciem desigualdades que precisam ser enfrentadas”, lista.

Mas a representante do Conif também identifica entraves no texto aprovado. “Em especial, foram reduzidas as garantias de participação social e não se avançou na criação de mecanismos sólidos de financiamento, limitações que fragilizam a capacidade de o SNE se consolidar como uma política de Estado estável, democrática e orientada à redução das desigualdades. Seguimos atentos à sua implementação”.

## O primeiro – e maior – desafio: financiamento adequado

É no âmbito do Comissão Intergestores Tripartite da Educação, a Cite, e que serão travadas duas disputas que, segundo os entrevistados da Poli, deverão determinar a efetividade do Sistema Nacional de Educação. É nessa comissão (que ainda não havia sido regulamentada pelo governo federal na data de fechamento desta edição) que serão negociadas duas pautas essenciais para tirar o Sistema do papel: a definição sobre o padrão mínimo de qualidade do ensino da educação básica e a metodologia de cálculo do Custo Aluno-Qualidade, ou CAQ, previstos na lei que tornou permanente o Fundeb, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Lei nº 14.113/2020). Interligadas, essas duas pautas são vistas por educadores como centrais para enfrentar as desigualdades educacionais brasileiras e garantir justiça redistributiva, eixos centrais do SNE. E são as duas únicas pactuações no âmbito da Cite para as quais a lei do SNE atribui caráter vinculativo – que são as que o Estado é juridicamente obrigado a cumprir – e não apenas orientativo, como as demais decisões da Comissão e das demais instâncias de governança previstas pelo SNE.



TOMAZ SILVA/ABR

Valor mínimo a ser investido por aluno deverá ser calculado pela Cite com base em insumos indispensáveis à qualidade educacional, como a infraestrutura escolar – por exemplo, a presença de quadras poliesportivas

Adriana Dragone, professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e presidente da Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação (Fineduca) explica que o padrão mínimo de qualidade da educação básica é o conjunto de condições essenciais que toda escola deve assegurar para oferecer ensino adequado. A lei do SNE lista oito dimensões a serem consideradas na definição do padrão mínimo pela Cite: jornada escolar mínima nos estabelecimentos de ensino, com progressiva extensão para jornada em tempo integral; adequada razão professor-aluno por turma; formação docente adequada às áreas de atuação; existência de plano de carreira e de piso salarial nacional dos profissionais do magistério público; nível de profissionalização e de qualificação dos trabalhadores da educação não docentes; estrutura física e instalações escolares com padrões de conforto ambiental, espaços apropriados para o desenvolvimento integral do processo pedagógico, salubridade, água potável e instalações sanitárias adequadas, acessibilidade e sustentabilidade ambiental; recursos educacionais e tecnologias digitais; serviços complementares de apoio ao aluno. Já o Custo Aluno-Qualidade (CAQ) é o parâmetro de financiamento que estima quanto deve ser investido por aluno ao ano, para que esse padrão mínimo de qualidade seja efetivamente alcançado. É o CAQ que será referência para calcular o valor a ser repassado pela União aos estados e municípios que não atingirem esse valor mínimo. Um tema importante, mas espinhoso, tendo em vista que implica na ampliação do investimento federal na educação básica.

Integrante de um grupo de pesquisa chamado Laboratório de Dados Educacionais, que reúne pesquisa-

dores das universidades federais do Paraná e de Goiás e da Universidade de São Paulo (USP), Adriana Dragone explica que o grupo vem desenvolvendo o Sistema de Custo Aluno-Qualidade (SimCAQ), ferramenta que busca estimar os recursos necessários de complementação da União para garantir condições mínimas de oferta nos municípios e estados. “É uma pesquisa financiada pelas universidades públicas que a desenvolvem, mas também com financiamento do Ministério da Educação. Anualmente a gente tem publicado, em conjunto com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e a Fineduca, notas técnicas sobre o Custo Aluno-Qualidade. Essa é uma das proposições na mesa”, explica a pesquisadora. A metodologia utilizada pelo SimCAQ é defendida historicamente por entidades como a Campanha e a Fineduca vincula o valor mínimo a ser investido por aluno da educação básica pública a um conjunto de insumos indispensáveis à qualidade educacional (infraestrutura, material didático, formação docente etc.). Aqui reside a centralidade do debate que será feito no âmbito da Cite sobre quais são, efetivamente, os insumos considerados indispensáveis

à qualidade do ensino. “A minha preocupação é que a gente tenha uma definição de um conjunto de insumos que seja o ‘mínimo do mínimo do mínimo’”, alerta Dragone, dando como exemplo a questão da remuneração dos profissionais da educação, que segundo ela compõe cerca de 80% do que é investido pelo Estado na educação básica. “Eu posso definir dentro do padrão mínimo de qualidade uma relação de alunos por turma que implique na necessidade de mais professores em algumas localidades. E qual será a remuneração desses profissionais, para que se garanta equiparação? Vai ter plano de carreira ou não? Tudo isso implica em custos e em necessidade maior ou menor de complementação. Então depende muito dessa definição”, afirma.

Outra metodologia, essa elaborada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), defende que o valor mínimo por aluno seja calculado através da análise do custo médio por aluno e das despesas reais de cada rede escolar, com base em dados estatísticos do próprio Inep e de órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “Só que, em muitos casos, tem um



subfinanciamento histórico, em muitas redes e em diferentes etapas, que não é considerado”, aponta Dragone. Segundo Andressa Pellanda, um risco é de que, como mecanismo de financiamento, o cálculo enfatize os resultados de aprendizagem medidos por avaliações nacionais da educação básica obtidos por cada rede de ensino. “É o inverso do que prevê o CAQ, que defende financiamento como premissa para qualidade e não como resultado”, diz Pellanda.

Dragone lembra que essas disputas permearam o processo de tramitação do projeto que se tornaria a Lei Complementar 220/2025 no Congresso Nacional, mas destaca que a lei aprovada é clara ao definir que a metodologia de cálculo do CAQ deve partir da definição de um conjunto de insumos mínimos e de seus custos correspondentes, e não, por exemplo, dos resultados obtidos por determinada rede de ensino nos exames de larga escala. “A lei do sistema é muito clara ao falar do padrão mínimo de qualidade, no qual o CAQ é referência para a ação de suplementação de recursos da União, a partir de condições adequadas de oferta, que estão por sua vez relacionadas a um conjunto de insumos mínimos que são passíveis de monetização. Eu preciso conseguir traduzir aquela demanda de qualidade para um conjunto de insumos que tem custos”, reforça Dragone.

Ainda assim, Andressa Pellanda projeta “negociações complexas”. “Os próximos passos desse debate no interior da Cite serão marcados por uma intensa disputa técnica e política sobre as metodologias a serem adotadas. Haverá também uma pressão constante para que os trabalhos da Cite ocorram com transparência e com a participação efetiva da sociedade civil, evitando que as decisões sejam tomadas apenas sob critérios fiscais ou políticos”, afirma.

## Falta participação social?

Participação da sociedade civil é justamente um tema no qual, segundo os entrevistados pela Poli, a lei do SNE foi insuficiente. Segundo Gilda Cardoso, durante a tramitação do projeto houve uma pressão por parte de organizações da sociedade civil e movimentos sociais da educação de inscrever no texto a possibilidade de participação dessas entidades nas instâncias deliberativas do SNE, como a Cite e Cibe, a Comissão Intergestores Bipartite da Educação, que reúne gestores estaduais e municipais. “Nessa disputa a gente perdeu”, lamenta Cardoso. Ela defende que ampliar a participação social nos espaços deliberativos – e não apenas consultivos – do SNE seria um contraponto importante à falta de participação e aos limites institucionais do Conselho Nacional de Educação (CNE). Diferentemente do órgão equivalente no Sistema Único de Saúde, que é o Conselho Nacional de Saúde, o CNE não tem composição paritária e nem reserva formal de assentos para usuários (que concentram metade das vagas no CNS), para trabalhadores

e gestores do sistema. “O Conselho Nacional de Educação tem um caráter cartorial, principalmente de autorização de funcionamento de instituições de ensino superior. Não tem poder deliberativo”, diz Cardoso. Com isso, a participação e controle social não avançam em relação a como é feita hoje, através do Fórum Nacional de Educação (FNE) e das Conferências Nacionais de Educação, espaços que a professora da Ufes considera mais vulneráveis ao que chama de “injunções político-partidárias”.

Adriana Dragone, da Fineduca, também considera um problema a pouca participação social nos espaços que vão definir os mecanismos mais importantes para o bom funcionamento do sistema. “A Cite tem uma enorme responsabilidade, mas ela não tem participação social, participação de trabalhadores de educação, por exemplo. São apenas gestores ali. Seria importante que o padrão mínimo de qualidade e o CAQ fossem definidos em uma instituição que contasse com mais ampla participação”, defende.

## Setor privado beneficiado

A Comissão Intergestores Bipartite da Educação (Cibe), por sua vez, que reúne gestores estaduais e municipais, também pode abrigar negociações com implicações importantes para a educação básica, segundo Gilda Cardoso. Especialmente no sentido de uma maior regulação da atuação das fundações empresariais da educação, cuja influência vem crescendo rapidamente nas redes municipais e estaduais de ensino. “Se a gente fizer um levantamento rápido, pelo menos em 17 estados da federação a gente já tem um apoio do movimento Todos pela Educação, do Instituto Unibanco, do Instituto Ayrton Senna. A gente tem pactos pela aprendizagem, pactos pela alfabetização, que não são regulamentados e se tornam políticas do próprio Estado”, adverte Cardoso, que espera que as comissões contribuam para uma “mudança de cultura organizacional”, para ampliar o diálogo sobre a oferta educativa nos territórios, no âmbito dos estados e municípios. Mas ela se diz, “otimista na vontade e pessimista na razão”. “O que acontece é que a correlação de forças entre estados e municípios é muito desigual. Tem município que não tem arrecadação própria, que é muito frágil do ponto de vista da capacidade institucional, e que rapidamente adere a esse tipo de pactuação para pegar material educacional feito por fundações empresariais”, aponta Cardoso. Daí a importância da pauta do financiamento no novo Sistema, diz ela. “A autonomia do município fica comprometida em função da falta de recursos para tocar uma política educacional mais original, autônoma, para decidir como vai ser a sua formação de professores, por exemplo. Outro desafio que não está na lei do Sistema são os concursos públicos para contratar professores, porque os municípios não têm nem dinheiro nem capacidade institucional para fazer concurso próprio”, destaca. E completa: “Se o sistema não tiver como horizonte o federalismo cooperativo, a justiça redistributiva e o apoio técnico para aumentar essa capacidade de fazer política dos municípios, por mais que a lei tenha boas intenções, não vai resolver”.

Segundo a professora da Ufes, a lei que criou o SNE não trouxe nada de novo em relação à regulação da atuação do setor privado na educação pública, demanda histórica do movimento social, organizações sindicais, acadêmicas e da sociedade civil na educação. Mais do que isso, segundo ela: do modo como foi aprovado, o SNE segue os po-

sicionamentos de movimentos como o Todos pela Educação, que reúne as entidades empresariais e faz incidência política nessa área. Até por isso sua aprovação se deu com “relativa tranquilidade” na atual legislatura, diz Cardoso, que cita o esvaziamento da participação social nas instâncias deliberativas do SNE como exemplo de uma pauta alinhada com o desenho de sistema defendido pelo Todos pela Educação, assim como a ausência de efeito vinculante (que obriga que uma decisão seja cumprida pelo Estado) das decisões da Cibe e da limitação do efeito vinculante das decisões tomadas pela Cite, restritas apenas ao padrão mínimo de qualidade do ensino e ao CAQ. “A gente precisa agora lutar muito por isso, porque são as únicas coisas em que a gente pode avançar”. De acordo com Cardoso, a governança do Sistema Nacional de Educação atendeu ao que defendiam o Todos pela Educação e fundações empresariais da área. “No sentido de ser tão fluido, com um efeito tão pequeno no que diz respeito a normas vinculantes. No Sistema Único de Saúde, por exemplo, existem as normas operacionais que vinculam a ação no nível federal até o nível municipal. No caso do SNE são pouquíssimas as vinculações”.

Adriana Dragone avalia que a disputa por uma maior regulação estatal sobre o setor privado segue agora na tramitação do PNE no Senado. “A contenção das políticas de privatização deveria estar na lei do sistema. Mecanismos para diminuir o número de matrículas conveniadas com o setor privado que podem ser utilizadas para o câmputo no recurso público transferido via Fundeb, por exemplo. Mas a lei não entra nesse aspecto”, lamenta a professora da UFPR e presidente da Fineduca.

## Como fica o Plano Nacional de Educação?

A Câmara dos Deputados aprovou em dezembro de 2025 o projeto de lei que estabelece o Plano Nacional de Educação 2024-2034. O projeto seguiu para o Senado, onde deve começar a ser analisado a partir de fevereiro. Sua tramitação vem cercada de expectativas e acompanhada de perto por organizações da sociedade civil e movimentos sociais da educação: primeiro, pela importância histórica dessa pauta e, segundo, pelo gosto amargo deixado pelo PNE anterior, plano cuja vigência terminou em 2025 e cujas metas foram amplamente descumpridas. A aprovação do SNE traz um elemento novo para esse debate, uma vez que as duas pautas são indissociáveis. Na Lei 220/2025 o PNE aparece como um documento orientador e um mecanismo de articulação do Sistema Nacional de Edu-

“

SEM VONTADE POLÍTICA E SEM OS RECURSOS ADEQUADOS PACTUADOS VIA CAQ, O SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO **PODE SE TORNAR APENAS MAIS UMA INSTÂNCIA BUROCRÁTICA, SEM IMPACTO REAL**”

**ANDRESSA PELLANDA**

COORDENADORA DA CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

cação, e são as estruturas de governança, planejamento e produção de dados previstas pelo SNE que vão dar sustentação à implementação das metas e estratégias do plano e seu monitoramento. “Nessa medida, o sistema pode contribuir para atingir as metas descumpridas ao obrigar os entes federativos a planejarem e agirem de forma coordenada”, afirma Andressa Pellanda.

É nas instâncias deliberativas do SNE, como a Cite e a Cibe, que devem ocorrer as pactuações entre União, estados e municípios para a implementação das metas do Plano (lembrando que essas têm caráter apenas orientativo). Inclusive daquela que é considerada a meta principal, cujo cumprimento (ou não) impacta todas as demais, que é de ampliação do investimento público em educação para 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Estabelecida pelo PNE anterior, ficou longe de ser cumprida: o investimento público em educação ficou estagnado em 5,1% do PIB desde 2015. A meta passou agora para o **PNE 2024-2034**, cujo texto que foi para o Senado estipula um aumento para 7,5% do PIB em sete anos e para 10% ao final do decênio. Uma meta cuja implementação pode ficar comprometida logo de cara, segundo Andressa Pellanda, dependendo de como serão pactuadas as definições sobre o CAQ e

o padrão mínimo de qualidade do ensino. São esses mecanismos que vão instrumentalizar o aumento dos investimentos públicos na educação básica em consonância com a meta do PNE. “O risco persiste: sem vontade política e sem os recursos adequados pactuados via CAQ, o Sistema Nacional de Educação pode se tornar apenas mais uma instância burocrática, sem impacto real na consecução das metas”, alerta a coordenadora da Campanha. ●

Em nota emitida após a aprovação do novo PNE na Câmara em dezembro, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação celebrou a aprovação do texto prevendo a destinação de 10% do PIB para a educação e a incorporação de 70% das emendas propostas pela Campanha e outras 24 entidades ao texto. “O texto apresenta avanços significativos na adequação da governança à Lei do Sistema Nacional de Educação, na priorização de investimentos em infraestrutura e valorização dos profissionais na educação básica, e na inclusão de populações vulnerabilizadas, como refugiados”, diz o texto, que também faz alguns alertas de retrocessos e aponta proposições não incorporadas que seguem foco da mobilização no Senado. Entre eles estão o “estímulo à privatização do ensino”, exemplificada no texto pela exclusão da prioridade de investimento na rede pública de educação infantil e a criação de um programa que direciona recursos públicos para bolsas em instituições privadas de ensino superior. “Entre as prioridades está a regulação da oferta privada, fundamental para garantir recursos e colocar limites à privatização”, diz a nota. Andressa Pellanda completa que a Campanha também deve “pressionar para que as definições sobre o CAQ e o padrão mínimo de qualidade, que serão discutidas na Cite, se tornem a base do financiamento previsto no novo plano, para a educação básica”. Sem isso, diz ela há o risco de que o novo PNE “repita o ciclo anterior: estabeleça metas ambiciosas sem criar os meios financeiros e institucionais concretos para cumpri-las.



# Doenças que revelam desigualdades

Dos relatos no diário de Carolina Maria de Jesus na década de 1950, ao Brasil atual, algumas doenças ainda são determinadas pela classe e pela cor

GIULIA ESCURI

Carolina Maria de Jesus (1914-1977) foi escritora, poetisa e catadora de papel. Em "Quarto de Despejo", seu primeiro livro publicado, relatou seu cotidiano de extrema pobreza

**E**ra a Secretaria da Saúde. Veio passar um filme para os favelados ver como é que o caramujo transmite a doença anêmica. Para não usar as águas do rio.

Que as larvas desenvolve-se nas águas". O trecho foi retirado do livro "Quarto de Despejo", de Carolina Maria de Jesus. Em seu diário, no dia 9 de junho de 1958, a autora relata que a lagoa de onde retirava água para lavar roupas era um foco da esquistossomose — infecção que ocorre quando uma pessoa entra em contato com larvas de um parasita liberadas por caramujos infectados, frequente em locais sem saneamento básico.

O cotidiano vivido por Carolina na antiga favela do Canindé, em São Paulo, persiste na vida de muitos brasileiros. Suas palavras conectam o cotidiano registrado na década de 1950 às permanências que ainda marcam a saúde pública no país. Segundo o boletim "Doenças Tropicais Negligenciadas no Brasil (2020–2023)", do Ministério da Saúde (MS), ao longo de 14 anos de análise, entre 2010 e 2023, foram registrados quase 529 mil casos de esquistossomose no país.

O Brasil lidera, nas Américas, a prevalência de um conjunto de doenças favorecidas por um vácuo histórico de políticas sociais de diferentes ordens. Assim como a esquistossomose, essas enfermidades estão mais presentes em contextos de vida precarizados, sendo frequentes em territórios atravessados pela ausência de saneamento básico, como o acesso à água potável, coleta irregular de lixo, além da falta de moradias dignas.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o país concentra cerca de 90% dos casos de hanseníase nas Américas. A tuberculose também segue como um problema relevante: o Brasil é o único país do continente incluído simultaneamente em duas listas da OMS — a de alta carga da doença e a de tuberculose com coinfeção por HIV. Soma-se a esse quadro a leishmaniose: ao lado de outros dois países da América Latina e de oito países no mundo, o Brasil responde por 90% dos casos de leishmaniose cutânea notificados globalmente. Embora muitas vezes associadas ao passado, essas doenças mantêm alta incidência no país, em um contexto marcado por desigualdades persistentes.

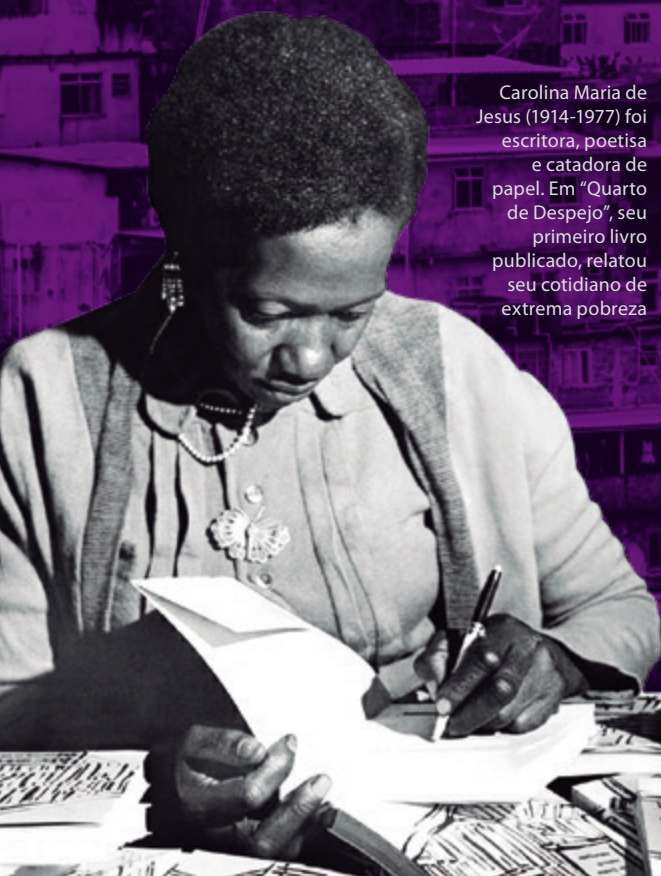
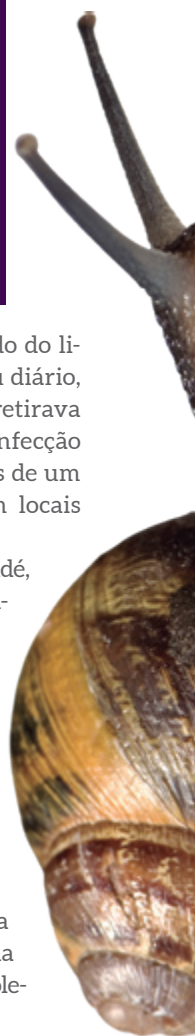
## Janeiro roxo

O mês de janeiro é marcado por duas datas importantes para a saúde pública: o Dia Mundial das Doenças Tropicais Negligenciadas, celebrado em 30 de janeiro, e o Dia Mundial Contra a Hanseníase, lembrado no último domingo do mês. Ambas as datas são instituídas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No Brasil, o enfrentamento à hanseníase é reforçado por meio da campanha Janeiro Roxo.

Apesar das ações de conscientização e prevenção, o Brasil está entre os três países do mundo com maior incidência de hanseníase. Segundo a OMS, em 2024, foram registrados mais de 22 mil novos casos. Embora esse número represente uma queda de 2,8% em relação a 2023, o país permanece atrás apenas da Índia, que contabilizou mais de 100 mil novos registros no período.

Assim como outras enfermidades abordadas nesta reportagem, a hanseníase integra o grupo de doenças relacionadas às condições de vida em situação de vulnerabilidade. Trata-se de uma doença infec-

As citações da obra Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus, foram mantidas conforme a grafia original.





CANVA

ciosa crônica, causada pela bactéria *Mycobacterium leprae*, que afeta principalmente a pele, os nervos periféricos, os olhos e as vias respiratórias. Ela é mais frequente em contextos de moradias precárias, marcadas pela superlotação, pela ventilação inadequada e por dificuldades de acesso à higiene básica.

André Siqueira, pesquisador do Instituto Nacional de Infecologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz), avalia que “ainda temos populações que vivem em condições sanitárias que favorecem a transmissão da hanseníase, mas, principalmente, falta uma identificação rápida para começar o tratamento”, afirma. Segundo ele, “muitas vezes, é uma questão de treinamento dos serviços de saúde para reconhecer os sinais precoces”.

Para Siqueira, discutir a eliminação da hanseníase “exige uma abordagem mais ampla”, o que significa pensar em políticas públicas de diferentes áreas, para além do acesso ao diagnóstico precoce. Isso inclui a melhoria das condições sanitárias que favorecem a transmissão da doença, com acesso a moradias dignas, água potável e tratamento de esgoto.

Priscila Neves, pesquisadora do grupo de pesquisa em Políticas Públicas e Direitos Humanos em Saúde e Saneamento (PPDH), da Fiocruz Minas (Instituto René Rachou) chama atenção para outro fator associado à persistência da doença: as barreiras de acesso às políticas de prevenção e o estigma social. Segundo a pesquisadora, o medo e a discriminação historicamente associados à hanseníase — anteriormente conhecida como lepra — ainda dificultam o diagnóstico precoce. “As pessoas acabam ficando com medo quando veem uma mancha no corpo e podem deixar de procurar o serviço de saúde por receio de serem taxadas.

Há uma discriminação em torno da doença que dificultou, e ainda dificulta, a busca por um diagnóstico rápido.”

## Doenças Tropicais Negligenciadas e/ou Socialmente Determinadas

“Esses termos têm uma grande intersecção, mas também certa diferenciação”, adverte Siqueira ao comentar o uso das categorias da saúde de Doenças Tropicais Negligenciadas (DTNs) e Doenças Socialmente Determinadas (DSDs). O primeiro conceito foi mais utilizado ao longo das décadas e está associado a doenças infecciosas transmissíveis em regiões tropicais. No entanto, “nos últimos anos, ele foi ampliado a partir do entendimento de que não se trata apenas de doenças que ocorrem por causa da região. Elas se manifestam porque encontram condições favoráveis para a transmissão e, sobretudo, por uma dimensão de negligência”, avalia o pesquisador.

Enquanto as DTNs constituem uma categoria internacional definida pela OMS, o conceito de DSDs é mais utilizado no campo da Saúde Coletiva, ao deslocar o foco para as condições sociais que produzem e agravam essas enfermidades.

Tanto as doenças tropicais negligenciadas quanto as socialmente determinadas estão associadas à condição socioeconômica, às formas de moradia e ao acesso aos serviços de saúde. No entanto, como explica André Siqueira, “as doenças tropicais tendem a focar mais nas transmissíveis, que são mais comuns em determinados contextos ambientais e que, historicamente, estão associadas a essas condições”.

A leishmaniose (tegumentar ou visceral) são causadas por protozoário do gênero *Leishmania*, transmitidos através da picada de fêmeas de flebotomíneos, conhecidos como mosquito-palha



Para contextualizar, o pesquisador exemplifica: “A tuberculose não é considerada uma doença tropical, mas é uma doença socialmente determinada”, já que sua transmissão e persistência estão diretamente relacionadas a condições de vida precarizadas, como moradias superlotadas com pouca ventilação e barreiras no acesso ao diagnóstico e ao tratamento. Segundo o “Boletim Epidemiológico – Tuberculose”, publicado em 2025 pelo Ministério da Saúde com dados referentes a 2024, o país registrou mais de 84 mil casos da doença, o que corresponde a uma taxa de 39,7 casos por 100 mil habitantes, além de cerca de seis mil mortes no período. Entre os mais afetados estão os homens (68,2%) e as pessoas pretas e pardas (65,8%). Ainda de acordo com o documento, o Brasil e o Peru são os únicos países da América Latina que figuram nas listas da OMS como de alta carga da doença.

## A necropolítica e a permanência dessas doenças

Segundo o Censo de 2022, 49 milhões de brasileiros ainda vivem em residências sem descarte adequado de esgoto, o que representa 24% da população. Além disso, 18 milhões (9%) não contam com coleta de lixo, 6 milhões (3%) não têm abastecimento adequado de água e 1,2 milhão (0,6%) vivem em domicílios sem banheiro.

“O esgoto lançado de forma inadequada em rios onde mulheres usam a água para lavar roupa, crianças nadam e homens pescam faz com que essas pessoas entrem em contato com diferentes patógenos”, explica Priscila Neves. Esse contexto, em que quase um quarto da população não tem acesso a saneamento básico adequado, ajuda a explicar a ocorrência de pouco mais de meio milhão de casos de esquistossomose no país.

A especialista também elenca os impactos da falta de água potável, de coleta de lixo e de banheiro nos domicílios. “Quando não se tem acesso à água potável, a pessoa acaba ingerindo uma água que pode estar contaminada por coliformes fecais, o que pode levar a contrair doenças que causam vômito e diarreia, resultando em internações”, afirma Neves.

Ela ainda chama atenção para o acúmulo de resíduos sólidos em áreas urbanas periféricas, “o que favorece a proliferação de diversos insetos vetores. Um exemplo é a leishmaniose”, que, segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), está entre as dez principais doenças tropicais negligenciadas, com



mais de 12 milhões de pessoas infectadas no mundo. O Brasil, ao lado da Etiópia, Quênia e Sudão, concentra cerca de 60% dos casos de leishmaniose visceral no mundo e está entre os 11 países que notificam 90% dos casos de leishmaniose cutânea.

Por fim, a pesquisadora ressalta a relevância de algo que pode parecer simples: ter um banheiro em casa. “Quando não há um banheiro adequado e ocorre a defecação ao ar livre, próxima, por exemplo, a áreas de plantio, podendo haver a contaminação dessas áreas, das verduras e, consequentemente, dos alimentos que serão consumidos.”

Os relatos de Carolina Maria de Jesus, mulher pobre e negra, sobre um cotidiano marcado pela pobreza extrema e pela vulnerabilidade social, dão vida e rosto aos dados revelados até hoje pelo Censo e às constatações dos pesquisadores. Em uma passagem de seu diário, escrita entre os dias 9 e 11 de junho de 1958, ela registra: “Até a água... que em vez de nos auxiliar, nos contamina. Nem o ar que respiramos, não é puro, porque jogam lixo aqui na favela. Mandaram os favelados fazer mictórios. [...] o que eu não gosto e tenho pavor é de ir buscar água”.

Carolina não tinha acesso à água potável e ao saneamento básico, não contava com banheiro em casa — realidade compartilhada por muitos moradores da região — e vivia em um ambiente onde o lixo era descartado de forma inadequada. “Podemos falar até de uma **necropolítica**, uma política que visa o adoecimento e a morte de grupos específicos da população.

O conceito foi elaborado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe. Inspirado na biopolítica: a necropolítica investiga a maneira como governos decidem quem pode viver e quem deve morrer, ao contrário da biopolítica, cuja chave é o princípio de “fazer viver e deixar morrer”.

cientizar a população sobre o risco da doença associada àquele ambiente, por meio da exibição de um filme. Sobre esse tipo de abordagem, Priscila Neves pondera: “até podemos continuar fazendo ações de educação sanitária, distribuindo medicamento, mas enquanto não conseguirmos atingir a causa do

problema, que é a falta de acesso à água, saneamento, moradia adequada, vai ser muito difícil conseguir realmente eliminar essas doenças”.

## Faltam medicamentos

Segundo o boletim epidemiológico do Ministério da Saúde sobre as Doenças Tropicais Negligenciadas, lançado em 2024, quase 29 milhões de brasileiros correm, todos os anos, o risco de contrair alguma dessas enfermidades, o que representa 14% da população. De acordo com o documento, até 2015 estimava-se que essas doenças pudessem afetar cerca de 15 milhões de pessoas, número que quase dobrou entre 2016 e 2020.

Apesar disso, o financiamento global para pesquisa e desenvolvimento de fármacos voltados a essas doenças não acompanha o aumento do risco. De acordo com o relatório *G-FINDER*, lançado em 2025 — projeto internacional do *Impact Global Health* que monitora os desafios globais da saúde —, em 2023 os recursos destinados a essa área permaneceram praticamente estáveis, com leve queda em relação a 2022.

O documento destaca ainda que, entre 2021 e 2022, os investimentos já estavam estagnados, atingindo os níveis mais baixos desde 2009. Segundo o relatório, “a ausência de recuperação após a forte queda de 2022, impulsionada pela inflação, deixou o financiamento global quase 650 milhões de dólares abaixo do pico registrado em 2018 e cerca

de 150 milhões de dólares abaixo da média da década anterior”.

André Siqueira, que atua na Iniciativa Medicamentos para Doenças Negligenciadas (DNDi), organização internacional sem fins lucrativos criada em 2003 com o objetivo de pesquisar e desenvolver tratamentos para essas enfermidades, avalia que o baixo financiamento também está relacionado às condições de negligência em que vivem as populações mais afetadas. “Isso se deve a uma falta de priorização, inicialmente, por parte da indústria, que não percebe uma vantagem em termos de benefícios econômicos para investir no desenvolvimento de fármacos, nem vê um mercado que valha a pena ser explorado”, afirma.

Um relatório da DNDi de 2018, constata que “sem inovação, os tratamentos são antigos, ineficazes, tóxicos ou simplesmente inexistentes, por vezes agravando o sofrimento dos pacientes”.

A diretora do Departamento de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde, Marília Santini de Oliveira, ainda relaciona os baixos financiamentos da indústria na produção desses medicamentos à produção de testes de detecção que não funcionam bem e a medicamentos com severos efeitos colaterais.

Santini, que também é médica infectologista, ressalta: “Tudo o que é associado às doenças negligenciadas também acaba sendo negligenciado. Um exemplo são os testes para diagnósticos, que tendem a ser menos sensíveis e específicos”.



Uma realidade que pouco mudou nos últimos 70 anos, é mostarda no relato de Carolina Maria de Jesus: em 25 de julho, ela registrou em seu diário a continuidade da sua batalha com a única água disponível para uso: “Vi uma viatura do Governo do Estado. Serviço de Saúde que vinha recolher as fezes. O jornal disse que há 160 casos positivos [de esquistossomose] aqui na favela. Será que eles vão dar remédios? A maioria dos favelados não há de poder comprar. Eu não fiz o exame. Fui catar papel”.

Nesse contexto, André Siqueira reforça a necessidade de mobilização social para impulsionar a pesquisa e o desenvolvimento de medicamentos. “Precisamos fazer pressão para que existam investimentos e estratégias que engajem tanto as instituições de pesquisa quanto o desenvolvimento produtivo, que são as indústrias”, afirma. O pesquisador acrescenta que também é “importante ter uma ação governamental forte para fomentar essas iniciativas”.

O especialista destaca o Departamento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde e de Inovação para o SUS (DECEIS). “Em termos de investimento financeiro e de definição de estratégias e prioridades, isso tem mudado um pouco com essa política, que busca identificar as prioridades nacionais e fomentar parcerias entre o setor produtivo, a indústria e a academia, alinhadas às prioridades do SUS. Esse processo tem contado com recursos para viabilizar esse desenvolvimento”, avalia Siqueira.

O pesquisador pondera, no entanto, que os resultados não são imediatos. “Existe o risco de esse investimento não se traduzir em uma solução no curto prazo. Por isso, o volume de recursos necessários é grande”, afirma. Ainda assim, Siqueira reforça que os benefícios tendem a ser significativos.

## Por um Brasil Saudável até 2030?

Uma fagulha de esperança em meio à realidade das Doenças Determinadas Socialmente é o Programa Brasil Saudável, que tem como um de seus objetivos eliminar essas infecções como problemas de saúde pública até 2030. A iniciativa está alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), plano global adotado por 193 países em 2015, que estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas voltadas às dimensões sociais, econômicas e ambientais.

Se a esquistossomose está relacionada à ausência de saneamento básico adequado, a leishmaniose ao descarte irregular de lixo e a hanseníase ao contato prolongado com pessoas infectadas em moradias superlotadas, não faz sentido que apenas ações do setor da saúde busquem erradicar essas doenças, uma vez que suas causas vão além de vírus, bactérias e parasitas. Elas envolvem garantir algo maior: democracia.

Por isso, o programa é estruturado como uma política intersectorial. Ele é constituído por 14 ministérios, entre eles os ministérios dos Direitos Humanos e da Cidadania, da Educação e da Igualdade Racial, e é coordenado pelo Ministério da Saúde por meio do Comitê Interministerial para a Eliminação da Tuberculose e de Outras Doenças Determinadas Socialmente (Ciedds). O comitê conta ainda com a participação de representantes da sociedade civil e de movimentos sociais de atuação nacional.

A representante do MS, Marília Santini, avalia que o “programa é importantíssimo, porque não deixa apenas nas mãos da saúde a resolução desses problemas”. Para ela, a articulação entre diferentes áreas é uma “ideia muito boa para todo mundo”.

Santini pondera, no entanto, que, mesmo que o programa consiga eliminar essas doenças como problemas de saúde pública até 2030, elas não deixarão de existir completamente. “Provavelmente, ainda vão ocorrer casos, mas o mais importante é o controle da transmissão a partir desses episódios, com diagnóstico precoce”, destaca.

Ela ainda sublinha que o principal diferencial do programa é “o maior investimento e o aumento da capacidade de construir esses planos em conjunto com os outros ministérios”. Ao mesmo tempo, isso representa um grande desafio. “Exige um esforço grande de todos, porque não estamos acos-

tumados a trabalhar juntos. É um esforço consciente para lembrar que tudo o que fazemos precisa se encaixar no Brasil Saudável, dialogando com outras áreas, com a intersectorialidade”, explica.

A infectologista também destaca a importância de investimentos mais constantes e inovadores, considerando o caráter intersectorial da política. “Por exemplo, ampliar o acesso à água para todo o Brasil é um programa complexo, caro e que não se resolve rapidamente, porque envolve obras. Mas isso também faz parte do controle dessas doenças”, avalia.

Ao mesmo tempo em que a política pretende ampliar levar saneamento básico para as populações mais empobrecidas, o estímulo à privatização desses serviços surge como uma tendência que pode caminhar na contramão do que o programa propõe. “Isso pode acabar gerando um déficit ainda maior de acesso à água para populações em situação de vulnerabilidade”, avalia Priscila Neves. “Vemos exemplos de municípios, como o Rio de Janeiro, em que a privatização resultou na piora desses serviços”, completa a pesquisadora da Fiocruz.

“Não deixar ninguém para trás” é o slogan principal da Agenda 2030. Mas, afinal, quem são as pessoas deixadas para trás? Para Neves, são aquelas marcadas por desigualdades de classe, raça e, muitas vezes, de gênero. Diante de um cenário de privatizações do acesso à água, da persistência de altos índices de hanseníase e de outras doenças determinadas socialmente, fica o questionamento: é possível, em apenas quatro anos, transformar a realidade de tantos brasileiros que vivem em condições de extrema vulnerabilidade, como a vivida pela escritora Carolina Maria de Jesus? Nesse sentido, “olhar para essas populações, identificá-las e concentrar esforços para garantir o acesso à água e ao saneamento seria a política ideal”, conclui Priscila Neves. ●



CANVA



# DEFESA DA DEMOCRACIA SE DESTACA COMO PAUTA EMERGENCIAL PARA A SAÚDE COLETIVA

ERIKA FARIAS

O Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, conhecido como “Abrascão”, promovido pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), realizado em Brasília (DF), entre 27 de novembro e 3 de dezembro, trouxe como tema desta 14ª edição “Democracia, equidade e justiça climática: a saúde e o enfrentamento dos desafios do século 21”. Ao longo de uma semana, diversas pautas foram debatidas, tais como racismo ambiental; segurança pública; desafios do trabalho em saúde no Brasil; saúde quilombola e indígena e valorização dos territórios. Na fala de palestrantes e entrevistados, porém, a crise de regimes democráticos ecoou como eixo central das principais discussões a serem enfrentadas nos próximos anos.

Durante o primeiro grande debate realizado durante o Congresso, intitulado “A Saúde e os desafios do século 21”, o pesquisador emérito da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Jailson Paim, corroborou esta ideia. “Tudo tem a ver com as políticas, especialmente no campo da economia, que fragilizam a democracia. Pela natureza do capitalismo, é de poucos. E pela natureza da democracia, é de muitos. Esse equilíbrio instável entre capital e gente permite que, em determinadas situações, o grande capital defina o caminho. E esse não é o caminho democrático”, afirmou.

E foi em meio a esta efervescência de ideias voltadas a um mesmo objetivo, entre mais de 7.500 pesquisadores, estudantes, movimentos sociais, representantes governamentais, instituições e órgãos de saúde presentes, que a Revista Poli quis saber:

## QUAIS DESAFIOS EMERGENCIAIS ESTÃO IMPOSTOS PARA O CAMPO DA SAÚDE COLETIVA A PARTIR DAQUI?

**NÍSIA TRINDADE LIMA**

Ex-ministra da Saúde (2023-2025) e pesquisadora da Fiocruz

“A grande emergência colocada em todos os grandes debates foi o fortalecimento da democracia. É do fortalecimento da democracia que dependem todos os avanços nas políticas do Sistema Único de Saúde, da Atenção Primária ao Complexo Econômico-Industrial da Saúde”

## JAILNILSON PAIM

Pesquisador emérito da UFBA, autor de diversos livros, entre eles "O que é o SUS" (Editora Fiocruz/2009)

"Fundamentalmente, defender a democracia e um projeto de sociedade mais inclusiva que reduza essa escandalosa distribuição de renda no Brasil, e que com isso possa viabilizar um conjunto de políticas públicas que garantam, portanto, a dignidade da pessoa humana, que é uma das principais questões colocadas pela Constituição. Eu sempre digo que esse valor, esse princípio é que orienta várias políticas públicas e, particularmente, o SUS. É um valor do SUS"

## RITA SILVANA SANTOS

Professora e pesquisadora da UnB

"A disposição para aprender com todos os seres, sejam esses seres humanos ou não humanos, para mim é um dos grandes desafios. Porque a saúde de qualquer outro ser está conectada com a nossa, direta ou indiretamente. E eu não estou falando só do saneamento básico, por exemplo. Estou falando a partir da ideia de pensar a Saúde Coletiva como um um todo, numa perspectiva afrodiaspórica. Nosso desafio é pensar que nós somos natureza"



Esta matéria é imersiva: aponte a câmera e assista à videorreportagem ou acesse

[bit.ly/abrascao\\_2025](http://bit.ly/abrascao_2025)  
videorreportagem







## HENRIQUE SALDANHA

Professor e pesquisador da UFBA e Coordenador da Comissão de Ciências Sociais e Humanas da Abrasco

“A Saúde Coletiva precisa estar na linha de frente da defesa da vida digna, expressa no lema ‘Por uma vida para além do trabalho’. É preciso garantir tempo para o lazer, para o estudo, para o cuidado da saúde, para o convívio familiar. Essa é uma das grandes disputas do nosso tempo com a racionalidade neoliberal: defender que as pessoas tenham direito ao próprio tempo”

## INGRID D'ÁVILLA

Professora-pesquisadora da EPSJV/Fiocruz

“Um dos grandes desafios da Saúde Coletiva brasileira é o fortalecimento da democracia, que diz respeito ao reconhecimento dos problemas históricos e sociais que existem no país e também à possibilidade de fortalecermos as instituições públicas para poder superar, em parte, esses desafios”

## NAOMAR DE ALMEIDA FILHO

Pesquisador da UFBA e vencedor do Prêmio Jabuti Acadêmico 2025 com o livro “Epidemiologia Pós-Pandemia: de ciência tímida a ciência emergente” (Editora Fiocruz/2024)

“O desafio é fundamentalmente político, porque não se trata mais de questões técnicas, do ponto de vista técnico e tecnológico, já se resolveram muitas dessas questões, já se sabe o que fazer. A ciência conseguiu produzir muitas respostas e é preciso decisão política e participação social para que essas transformações ocorram e numa direção que seja superadora desse negacionismo e obscurantismo, que foram de alguma forma recuperados como plataforma política de um pensamento que genericamente chamamos de “direita”, mas é muito mais do que isso”

**VANESSA PATAXÓ**

Indígena Pataxó (BA) e pesquisadora da UFBA

“Uma escuta afetiva e efetiva dos territórios. Hoje, a gente já tem em espaços como esse, uma participação maior de pesquisadores indígenas, estudantes. Mas uma liderança não consegue entrar se não estiver inscrita, se não estiver associada. Além disso, a gente tem aqui uma tenda de educação popular, por exemplo, que não está englobada na programação. É como se a educação popular e os saberes tradicionais acontecessem fora do ambiente científico. Eles são complementares, não é algo separado”

**MATEUS BRITO**

Integrante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq)

“Um dos temas emergenciais é pensar na equidade dentro do SUS, que nos convoca a compreender que é preciso lutar por justiça social, e que existem diferenças de acesso aos serviços de saúde. Uma das pautas que a gente trouxe na mesa de abertura do Abrascão foi sobre a criação de uma nova política no SUS, uma política de equidade, que é a Política Nacional de Saúde Integrada da População Quilombola. A gente tem reivindicado que, de fato, isso seja prioritário na agenda do Conselho Nacional de Saúde para que a gente consiga dar esse passo histórico dentro do SUS, que é reconhecer as especificidades da saúde da população quilombola, compreendendo que esses povos têm muita dificuldade de acessar os serviços de saúde do SUS”

**MAURICIO MONKEN**

Professor-pesquisador da EPSJV/Fiocruz

“Eu acho que o desafio está na educação. Não só no sentido da formação de trabalhadores do sistema de saúde, do sistema ambiental ou da ciência e tecnologia, mas no sentido de pensar uma formação de trabalhadores para enfrentar a crise climática. Pensar em uma outra pedagogia, que tenha talvez base nos saberes dos territórios, que possibilite, assim, criar outras formas de viver, que tenha outras formas de aprendizagem com o mundo, de outra relação com a natureza, com a comunidade, com as memórias, com a ancestralidade: uma outra forma de se relacionar com o planeta”





“A VIOLÊNCIA É UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA DESDE O SEU INÍCIO, E NÃO APENAS EM SEUS EFEITOS”

Jaqueline Muniz

**I**r e voltar em segurança. Estudar, trabalhar, ter momentos de lazer, sem que o medo seja um acompanhante. Não ter que mediar conflitos para acessar direitos e os serviços de saúde. Ou seja, viver sem que a violência seja um perigo eternamente à espreita. Essa é uma realidade distante para boa parte dos brasileiros. Segundo a 19ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2024 foram registradas 44.127 mortes violentas intencionais no Brasil, 5,4% a menos do que o ano anterior – mas quadros estatísticos mais específicos, como violência contra mulheres, crianças e adolescentes, seguem em vias de crescimento. Tendo em vista que a segurança é um dos determinantes sociais da saúde, é preciso compreender como sua ausência pode impactar a sociedade. Nesta entrevista, a antropóloga e cientista social Jaqueline Muniz, professora e pesquisadora do bacharelado e mestrado em Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense (UFF), aborda a relação entre segurança pública e Saúde Coletiva. “Segurança pública é abundância de futuro. Insegurança pública é tornar o mundo ‘presentista’. E isso inviabiliza que as pessoas possam se deslocar, se mover, ascender e melhorar suas vidas”, afirma Muniz.

ERIKA FARIAS

**DO PONTO DE VISTA DA SAÚDE COLETIVA, EM QUE MOMENTO A VIOLÊNCIA URBANA DEIXA DE SER APENAS UM “PROBLEMA DE SEGURANÇA” E PASSA A CONFIGURAR UMA EMERGÊNCIA SANITÁRIA PERMANENTE?**

Essa é uma questão interessante, porque há uma afinidade muito grande entre a Segurança Pública e a Saúde Pública. Tanto uma, quanto a outra, lidam com o imediato da vida das pessoas, com o cotidiano e a rotina. Garantir a rotina e previsibilidade à vida das pessoas é algo decisivo no campo das políticas públicas de saúde, assim como no campo das políticas públicas de segurança. A violência urbana se torna um problema de saúde pública na sua dimensão cumulativa: os homicídios praticados ao longo do tempo, as várias modalidades de matar e morrer no Brasil pelas chamadas causas externas ou, de maneira mais específica, pela violência, têm um efeito acumulativo na rotina e no cotidiano das pessoas. Se você tem uma queda dos homicídios, não quer dizer que teve queda na tentativa de matar, não quer dizer que teve uma redução da lesão corporal, não quer dizer que teve uma redução nas outras expressões de violência que não chegaram à morte. Isso quer dizer que você tem um cotidiano de saturação no sistema de saúde, que vai desde o atendimento emergencial, por exemplo, aos baleados, às pessoas esfaqueadas. O trauma de uma operação, por exemplo, vai impactar a saúde, não apenas para aqueles que estão sendo tratados, mas à saúde mental das pessoas. O impacto é continuado. Quando morre um, você tem toda uma família atendida, ou deixando de ser atendida, ou sendo impedida de ser atendida no sistema de saúde, em razão dos domínios armados, por

exemplo. Veja que parte dos nossos gastos com saúde não é só ir lá e fazer um curativo e salvar a vida de um baleado numa cirurgia. É também como se faz com o atendimento psicossocial dessas pessoas, como é que faz para acompanhar a saúde, como é que o médico de família, a equipe de Saúde da Família, os especialistas acompanham, independente dos gargalos. A violência é um problema de saúde pública desde o seu início, e não apenas em seus efeitos.

**RECENTEMENTE UM RELATÓRIO DO FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF) EM PARCERIA COM A ORGANIZAÇÃO REDES DA MARÉ (RJ) DEMONSTROU QUE DIAS COM OPERAÇÃO POLICIAL E FECHAMENTO DE UNIDADES REFLETEM EM 90% A MENOS DE DOSES DE VACINAS APLICADAS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES. OUTROS ESTUDOS INDICAM QUE A VIOLÊNCIA ARMADA IMPACTA O COTIDIANO DO TRABALHO DE PROFISSIONAIS DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF). COMO VOCÊ AVALIA O IMPACTO NO ACESSO AOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELO SUS?**

Todos nós sabemos que parte dos postos de saúde no Rio de Janeiro tem servido mais como paredes grossas para conter bala de fuzil do que para garantir a rotina do atendimento. As violências saturam o sistema de saúde. E são também o primeiro sensor. Como a gente sabe que a coisa anda ruim? Olhando para o sistema de saúde e para as escolas, para o provimento de

serviços. Se tem o tempo todo interrupção, inviabilidade, descontinuidade, nós temos sérios problemas cumulativos que vão se apresentar mais à frente. Saúde pública e segurança pública não são coisas paliativas, elas são o cotidiano, preventivo. Não adianta você chegar ali quando tudo já deu ruim para você, então tem um acompanhamento. E esse acompanhamento se faz nas unidades de saúde, de pronto atendimento, desde a prestação de serviços básicos aos serviços especializados, e à saúde suplementar. A saúde requer monitoramento, acompanhamento, estar saudável é estar acompanhado. Não é a doença que mata em si, o que inviabiliza a vida das pessoas é a ausência de prestação continuada de serviços de saúde e tudo mais. A mesma coisa na segurança, analogamente.

**TEMOS UM SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA, O SUSP, QUE TROUXE ENTRE SEUS OBJETIVOS INTEGRAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE DADOS, E COORDENAÇÃO ENTRE DIFERENTES POLÍCIAS E OUTROS AGENTES DE SEGURANÇA. ELE FOI INSTITUCIONALIZADO EM 2018 (LEI Nº 13.675), MAS UMA CRÍTICA É QUE ELE NÃO CONSTA NO TEXTO CONSTITUCIONAL. QUAL É A IMPORTÂNCIA DESSE SISTEMA?**

Durante a campanha do primeiro governo Lula, o SUS serviu de referência para que nós desenhassemos o Susp, evidentemente adaptando à realidade da segurança pública, trazendo a ideia de “emergência” como algo que não se adia, algo que é preciso fazer alguma coisa no curto, médio e longo prazo, com um desenho, evidentemente, também federativo. Esse trabalho foi construído a várias mãos, rodando o país e ouvindo todos os atores decisivos na construção de uma segurança pública. Você não pode fazer uma reforma da polícia ou da segurança pública sem

ouvir policiais e os demais atores envolvidos nisso, a começar pelo ator principal, o cidadão. A gente mapeou demandas, além dos nossos estudos sobre o desenho das polícias no país e tudo mais que envolve estrutura de segurança. Obviamente, que a maior parte do Susp não dependia, inicialmente, de uma mudança constitucional. A maioria da sua estruturação é de natureza administrativa e procedimental. Você não pode esperar mudar a Constituição para fazer a saúde. Todo mundo morreria. A pessoa vai ficar na fila do hospital, na fila do posto, aguardando a reforma constitucional? Não. Você vai produzindo o alicerce, subindo a parede, para construir o edifício. Paralelo a isso, produzindo as normatividades, os protocolos, as regulações, e aprendendo com esses processos num trabalho continuado de pactuação e negociação entre os entes federativos e as representações civis.

Era preciso mostrar que os municípios são os atores centrais no provimento da segurança pública, porque ninguém mora no Estado, na União. Você mora numa cidade. Segurança pública não é igual à polícia. A polícia é parte da engrenagem. Tudo o que as polícias fazem, inclusive a polícia penitenciária, é do campo da segurança pública. Mas nem tudo o que é do campo da segurança pública é ação policial. Então, a infraestrutura social e urbana, por exemplo, a iluminação pública, o arruamento são alguns exemplos básicos que garantem mobilidade. Se tudo é viela que só passa moto, bicicleta, também não vai chegar a ambulância ou o Corpo de Bombeiros para fazer um atendimento ou um suporte logístico operacional ao posto, a unidade básica de saúde dentro de uma comunidade. Veja a importância disso: obviamente que os municípios têm um papel central. Então, a segurança públi-

ca não é um problema do estado, que tem polícias estaduais, e da União, que tem as polícias federais. Ele é um problema federativo. As pessoas vivem na cidade e o município detém a maior parte dos recursos de segurança pública. Nós não temos um desenho federativo, nós temos uma distribuição de monopólios, o que leva a golpismos e chantagens a todo momento.

**“NÃO É UM PROBLEMA DE DESCONHECIMENTO, NÃO É UM PROBLEMA DE DESINFORMAÇÃO. O NOSSO PROBLEMA É POLÍTICO, E A SOLUÇÃO É POLÍTICA”**

**A PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL DA SEGURANÇA PÚBLICA (PEC 18/2025), ATUALMENTE EM FASE DE ANÁLISE POR UMA COMISSÃO ESPECIAL NA CÂMARA, TRAZ COMO ALGUNS DE SEUS OBJETIVOS CONSTITUCIONALIZAR O SUSP; DEFINIR COMPETÊNCIAS DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS; REESTRUTURAR O PAPEL DA POLÍCIA; E DAR AO GOVERNO FEDERAL MAIOR CAPACIDADE DE COORDENAÇÃO. QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE ELA?**

Parte do conteúdo inicial da primeira versão dessa proposta tinha sérios problemas. Ela é uma junção de demandas corporativistas que comprometiam o principal elemento do Susp, que é o seu desenho federativo. A PEC parecia negar um passado inteiro de diagnóstico, negar todos os processos de implementação, erros e acertos vindos até então. Se seguisse daquele jeito, você tornaria as polícias mais fortes, ou seja, burocracias armadas mais fortes que qualquer governante eleito, seja ele o presidente, governador ou prefeito. É por isso que o primeiro desenho da PEC da Segurança não agradou ninguém. Porque todo mundo viu um perigo. Qual foi a lógica desse documento? Ampliar os poderes de polícia. É o governo federal dizendo: “olha, até agora eu não consegui fazer nada direito, porque eu não tenho capacidade de mando”. Tem sim. Capacidade de coordenação já tinha antes. Tem capacidade de coordenação e de indução. Então, a **PEC da Segurança**

Até o fechamento desta edição, a PEC ainda não havia sido votada e havia expectativa das discussões serem retomadas em fevereiro.



é necessária para alterar os artigos 142 e 144 [Os artigos da Constituição dispõem respectivamente sobre a atuação das Forças Armadas e estabelecem a responsabilização da segurança pública], que são ruins. Esses dois artigos, produtos dos lobbies das burocracias armadas, seguiram gerando monopólios. E a PEC da Segurança, tal como desenhada até então, fortalecia isso.

**OS DADOS DO ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA MOSTRAM QUE, EM 2024, O BRASIL REGISTROU MAIS DE 1,4 MIL CASOS DE FEMINICÍDIO, ALÉM DE UM AUMENTO SIGNIFICATIVO EM ESTUPROS E OUTRAS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO. EM 2025, DADOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA APONTARAM QUE, DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2025, MAIS DE 2,7 MIL MULHERES FORAM VÍTIMAS DE TENTATIVAS DE FEMINICÍDIO. OUTRAS 1.075 MORRERAM EM RAZÃO DO CRIME. QUAL É O CAMINHO PARA REVERTER ESSES NÚMEROS?**

Hoje, na maior parte das famílias brasileiras as mulheres são as provedoras principais. Em outras, você tem a mulher como partícipe do provimento dos recursos dessa família. E uma parte muito pequena são os homens sozinhos provendo a família. A família brasileira é a mulher sustentando sozinha, ou com a colaboração de seu parceiro ou parceira. Isso quer dizer que os homens, ao longo da construção dos direitos das mulheres, foram perdendo o lugar de provedor, e agora reivindicam ser protetores. E para ser protetores, você precisa violar, ameaçar, porque o fundamento da proteção é manter as pessoas assujeitadas por uma ameaça constante e difusa. Hoje, pesquisas apontam como o universo feminino é mais progressista, mais liberal, e o universo masculino, em recortes etários, vai ficando cada vez mais conservador, como se não tivesse lugar para eles numa relação de equivalência de gênero. E não é um problema de lei, porque aqui no Brasil a gente tem a ideia de que mudando a lei muda o mundo. Nós temos a Lei da Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que é muito boa. Além de outras, criamos nos anos 1990 as casas-abrigo, criamos um conjunto de políticas e de protocolos, inclusive no âmbito da saúde. Protocolos já existem há muito tempo, e a gente sabe que as bases de dados sobre violência são consistentes quando a gente confronta com os dados do SUS, os registros de óbito, a descrição de óbito. A própria Fio-cruz conduz inquéritos de larga escala no país há décadas, de maneira a poder confrontar numa série temporal para onde as coisas estão indo. Então, veja que não é um problema de ignorância, não é um problema de desconhecimento, não é um problema de desinformação. O nosso problema é político, e a solução é política.

**UM RECENTE INFORME EPIDEMIOLÓGICO DA AGENDA JOVEM FIOCRUZ COM A EPSJV /FIOCRUZ MOSTRA QUE JOVENS NEGROS REPRESENTAM CERCA DE 73% DAS MORTES POR CAUSAS EXTERNAS (VIOLÊNCIA E ACIDENTES) ENTRE PESSOAS DE 15 A 29 ANOS NO BRASIL (UMA PROPORÇÃO MUITO SUPERIOR À DE JOVENS NÃO NEGROS), E QUE A TAXA DE MORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS NESTA POPULAÇÃO CHEGA A NÍVEIS ALARMANTES, MUITO ACIMA DA MÉDIA. COMO INCORPORAR VIOLÊNCIAS COMO RACISMO, DESIGUALDADE, EXCLUSÃO TERRITORIAL COMO DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE?**

Nós falamos muito em interseccionalidade, falamos muito em interdisciplinaridade, inter-setorialidade. Isso está no discurso das políticas públicas no Brasil desde a redemocratização. Mas, para isso correr, é preciso de repactuações. Aqui no Brasil, como a gente desconfia da capacidade de governo, desconfia da política e do Estado. A gente quer um salvador. Se você desconfia do Estado e desconfia da política, tudo o que você quer é a normatização de tudo, como se isso garantisse alguma coisa. Quem gere a morte é o Estado, o Estado mata, deixa matar e deixa morrer. Quem faz a gestão das mortes em qualquer sociedade é o Estado, seja pela sua presença ou pela negociação de sua ausência. É toda a população negra que é morta no país? Não, porque a maioria dessa população é não-branca, não se trata de matar todo mundo, porque a sociedade precisa do motorista de ônibus, do entregador, da doméstica, da faxineira, da atendente no comércio, da comerciária, da auxiliar de enfermagem. Ela precisa da subalternidade dos periféricos, do universo popular para prestar serviços, mas você precisa de uma pedagogia do terror. Essa necropolítica é seletiva. Quem está morrendo e está mor-

rendo para quê? Para servir de exemplo para o quê? Para produzir alguma disciplina, domesticação, uma pedagogia pelo medo, pela insegurança, pela ameaça, para ampliar a sujeição. É disso que nós estamos falando.

**COMO VOCÊ AVALIA AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS A VIOLÊNCIAS TAIS COMO RACISMO, LGTBFOBIA, ENTRE OUTROS?**

Veja o quanto nós avançamos nessas políticas no campo da segurança pública, com experiências setoriais, intersetoriais, voltadas para juventudes e grupos vulneráveis, como idosos. Criamos delegacias da mulher, delegacias de atendimento à população LGBT, idosos, a delegacia voltada para a infância e juventude. Isso só para receber demandas. Também desenhamos especialidades nas defensorias voltadas para isso, dentro da própria justiça também, desde as penas alternativas de liberdade a outros modos, aos tribunais de pequenas causas, tudo isso. Então, se você olhar para os aparatos no Brasil, nós tivemos avanços substantivos, seja do ponto de vista normativo, do institucional ou do procedimental. Mais uma vez, nós esbarramos na mesma questão: não é falta de imaginação, de conhecimento, de pesquisas acumuladas e diagnósticos, de competências qualificadas ou de quadros qualificados dentro das instituições. Nós estamos falando de políticas, de modos de exercício de governo, de construção de políticas. Então, o que mais nós assistimos nos últimos anos no Brasil foi a destruição de políticas. Vários conselhos foram desativados, os recursos delegados às políticas setoriais, intersetoriais ou políticas voltadas para a mulher, para a juventude, para a infância, para a população periférica. Olha de novo a importância de uma arti-

“ culação entre município, estado e União. Nós estamos falando de uma dimensão administrativa, procedimental. E isso como é que você faz? Cobrando prestação de contas. A maior parte das políticas públicas no Brasil não foi sabotada de fora para dentro. Foram sabotadas por dentro.

## “ BANDIDO BOM NÃO É BANDIDO MORTO, É BANDIDO NA FRENTE DO DELEGADO CONTANDO TUDO: QUEM SÃO OS POLÍTICOS QUE ADMINISTRAM O CRIME ORGANIZADO NO BRASIL”

O ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE 2025 APONTOU QUE, EMBORA TENHA HAVIDO UMA REDUÇÃO NO TOTAL DAS MORTES POLICIAIS ENTRE 2023 E 2024, TANTO EM SERVIÇO E FORA DE SERVIÇO, QUANTO POR SUICÍDIO, A QUANTIDADE DE SUICÍDIOS DESSES PROFISSIONAIS VEM AUMENTANDO DE MANEIRA MAIS OU MENOS CONSTANTE DESDE 2018. NESSE CONTEXTO, QUAL A IMPORTÂNCIA DE SE RECONHECER O SOFRIMENTO PSÍQUICO A QUE ESTÃO EXPOSTOS ESTES PROFISSIONAIS E O ESTIGMA QUE ENFRENTAM AO BUSCAR AJUDA PSICOLÓGICA?

Uma coisa que o policial aprende, todos eles, é a suspeitar o tempo todo. Esse policial aprende a suspeitar dos outros, para poder fazer o trabalho dele.

Só que isso tem uma carga psíquica e moral alta. Você está sempre com o pé atrás. Você não tem onde descansar as suas costas. Por isso que um policial, quando entra no ônibus, ele se senta lá na última cadeira como proteção. Eles se sentem o tempo todo em prontidão diante da emergência. Isso tem um desgaste em termos de adrenalina. Ir em uma ocorrência, dar de cara com um cadáver, com uma pessoa passando mal que você socorre, uma grávida que você faz o parto: o trabalho policial tem experiências humanas intensas e dramáticas, as quais você não pode sair partilhando com qualquer um. Como é que você se senta na mesa de jantar com a sua família e conta, “hoje eu troquei tiro, matei dois, quase meu colega foi vitimado, eu tive que socorrer um sujeito que estava com uma faca enfiada não sei onde”? O assunto de polícia é conversado entre os próprios policiais, também de uma maneira cifrada, o que faz com que você retenha tudo isso. É um saber dramático, realista, pessimista diante do mundo, um saber desencantador, porque o policial experimenta o pior de nós mesmos. É por isso que, em boa parte das polícias, você tem um programa continuado de saúde e segurança ocupacional, de administração do estresse. Mas tem uma coisa que você tem que entender: nós temos diversas polícias, várias guardas municipais. E cada realidade é uma. Além disso, o que funda o trabalho de polícia não é o direito penal, é o direito constitucional, que são as regras do jogo. Isso foi sendo banalizado, passou a ser normal o policial morrer no nosso lugar. Isso não é normal em lugar nenhum. Essa leitura de policial combatente ou herói o destitui de sua humanidade, de sua condição real de trabalhador, e naturalizar a matança, seja do policial, seja a de suspeitos, que são a galinha dos ovos de ouro da investigação e da inteligência. Porque bandido bom não é bandido morto, é bandido na frente do delegado contando tudo: quem são os políticos que administram o crime organizado no Brasil.

**ESTE É UM ANO DE ELEIÇÃO, ENTÃO PROPOSTAS DE SEGURANÇA PÚBLICA TENDEM A GANHAR CENTRALIDADE. QUE ASPECTOS SÃO FUNDAMENTAIS DE SEREM CONSIDERADOS PELOS ELEITORES ?**

Se o político diz que a polícia dele vai trabalhar com mais preparo, mais inteligência e mais tecnologia, ele está mentindo. Porque o problema não é de despreparo. O problema não é mais ou menos brinquedos novos para práticas antigas. E quando falo em inteligência, parece que não existe inteligência do mal, que só existe inteligência do bem. Mas há

## “ NÃO EXISTE PODER PARALELO. ESSAS CATEGORIAS FORAM INVENTADAS PARA SUPRIMIR E OCULTAR CONSÓRCIOS ENTRE ATORES POLÍTICOS E ORGANIZAÇÕES DO CRIME”

necessidade de inteligência para matar. Matar é muito difícil, exige inteligência. Mais importante do que a ferramenta, se vai ou não comprar drone, se vai ou não comprar fuzil, é: quais são os fins da política? Os fins da política vão determinar os meios que vão delimitar os modos do agir. Seja numa proposta conservadora, seja numa proposta liberal, seja numa proposta progressista. Também entender que tudo que a gente faz na segurança pública é para garantir mobilidade socioespacial em larga escala e de forma translocal. Portanto, a ideia de que você vai fabricar operações indefinidamente é sabotar por dentro a própria polícia, porque gera escassez da própria capacidade da polícia de sustentar uma repressão qualificada e com foco. Toda a ação da polícia é sempre pontual e provisória no tempo e no espaço. Não existe solução permanente na segurança pública. O Estado funciona como uma agência reguladora do crime para o bem ou para o mal, arrendando territórios. Não dá para fazer esse discurso genérico da guerra contra o crime. Não existe Estado ausente. Existe Estado que negocia sua presença. Não existe poder paralelo. Essas categorias foram inventadas para suprimir e ocultar consórcios entre atores políticos e organizações do crime. Desconfie da polícia de espetáculo. Desconfie desses discursos, porque todos eles, na verdade, visam apareilhar o nosso medo, e maximizar a nossa insegurança. ●



# O BRASIL entre a CLT e o CNPJ

Das redes sociais ao STF, diferentes realidades expõem o impacto da chamada 'pejotização' na vida dos trabalhadores e nos pilares do sistema de proteção social

GIULIA ESCURI

Pode parecer exagero ou sensacionalismo, mas não é: há hoje uma disputa simbólica em curso, com implicações sérias para o mundo do trabalho no Brasil, e ela vem se desenvolvendo em uma arena, no mínimo, improvável: o TikTok. Ali, é comum se deparar com vídeos curtos que exibem rotinas "perfeitas" de quem diz viver uma vida de "CLT premium", ao mesmo tempo em que surgem conteúdos de **coaches** e até de trabalhadores que se referem à CLT como uma espécie de "escravidão moderna", enquanto outras postagens ostentam os supostos benefícios de atuar como Pessoa Jurídica (PJ).

Basta uma rápida busca, no Google ou em qualquer rede social digital, pelo termo "PJ x CLT" para ter a dimensão do debate, quase sempre apresentado em forma de conselhos sobre qual regime o trabalhador deveria escolher. Em geral, os defensores da carteira assinada enfatizam "segurança e direitos garantidos, como férias e 13º salário; jornada de 44 horas semanais e dedicação exclusiva". Já as vantagens atribuídas ao modelo PJ soam, muitas vezes, mais sedutoras: "autonomia; flexibilidade e possibilidade de ganhos maiores por não haver descontos no salário".

Uma pesquisa do Datafolha, publicada em junho de 2025 pelo jornal Folha de S. Paulo, mostra que 67% das pessoas preferem trabalhar com carteira assinada, mesmo se ganharem menos; em 2022, esse índice era maior, 77%. Já 31% dos entrevistados afirmam que aceitariam trabalhar fora desse regime em troca de um salário maior, percentual que era de 21% três anos antes. Uma parcela de 2% não opinou. O levantamento ouviu 2.004 pessoas em 136 municípios brasileiros nos dias 10 e 11 de junho de 2025.

Apesar dessa preferência pelo modelo CLT, entre 2022 e julho de 2025 cerca de 5,5 milhões de trabalhadores migraram diretamente da carteira assinada para o regime PJ. Dados de uma nota técnica do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) apontam indícios de fraude nesse movimento e sugerem que a migração tem sido motivada pelos empregadores, interessados em reduzir tributos. O MTE destaca que é possível identificar que se trata dos mesmos trabalhadores pelo acompanhamento de seus CPFs (Cadastro Nacional de Pessoa Física). Desse total, 4,4 milhões se converteram em Microempreendedores Individuais (MEIs) — o que corresponde a 80% das migrações.

## Novos empreendedores?

Segundo o Mapa de Empresas, publicação do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Memp), entre maio e agosto de 2025 foram abertas 1,67 milhão de novas empresas — um crescimento de 14,1% em relação ao mesmo período de 2024. Desse total, 1,25 milhão são MEIs, que representam mais de 75% dos novos registros. Mas esses números indicam, de fato, um avanço do empreendedorismo brasileiro ou revelam que muitos trabalhadores estão abrindo CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) por pressão do mercado?

*Coach* é uma palavra de origem inglesa que pode ser traduzida como treinador ou instrutor. O *coaching* surgiu como uma metodologia aplicada ao esporte, voltado principalmente à alta performance. Com o passar das décadas, o conceito se expandiu para diferentes áreas. Hoje, *coaches* são profissionais que se apresentam como orientadores de desenvolvimento pessoal ou profissional, prometendo ajudar pessoas a alcançarem seus objetivos, como sucesso na carreira, aumento de renda, produtividade, autoestima ou bem-estar.



Essa segunda dimensão aparece no relato do professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit), José Dari Krein. Ele conta a história de um amigo que, após perder o emprego com carteira assinada, percebeu que só conseguiria continuar trabalhando se virasse Pessoa Jurídica. “Ele me disse: ‘não tenho outra possibilidade. Fui demitido, perdi meu plano de saúde, a perspectiva de aposentadoria, e agora vou ter que pagar tudo por fora. Mas é a única forma de me contratarem’”.

Para Krein, o caso é ilustrativo: “Essa é tipicamente uma relação fraudulenta. A pessoa não tem autonomia, quem determina tudo é a empresa”. Ele descreve o cotidiano desse trabalhador: “Ele é engenheiro, contratado como PJ, sem férias, sem décimo terceiro. Cumpre jornada, tem tarefas e horários definidos pela empresa. Há até bônus vinculados ao desempenho. É claramente uma relação de emprego disfarçada”.

A economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Lúcia Garcia, compartilha dessa leitura. Para ela, o aumento no número de pessoas jurídicas, especialmente de MEIs, não expressa empreendedorismo, mas sim “um crescimento fraudulento”. “É exatamente a questão dos trabalhadores que abrem CNPJ por exigência de uma empresa”, afirma. E completa: “Mesmo que tenhamos algum autônomo que esteja se incluindo no campo previdenciário e fiscal, isso é marginal. Esse movimento é massivo de mercado de trabalho — e movimento massivo, nessas condições, é fraude”.

Para compreender essa conjuntura, é preciso voltar a 2017, ano da reforma trabalhista, quando entraram em vigor as Leis nº 13.467/2017 e nº 13.429, conhecida como Lei da Terceirização. Até então, apenas atividades-meio — como limpeza,

manutenção e vigilância — podiam ser terceirizadas. Com as mudanças, tornou-se possível terceirizar também as atividades-fim de uma empresa.

Há, porém, diferenças importantes entre terceirização e pejetização. A terceirização pressupõe um tripé: uma empresa contratante firma acordo com uma prestadora de serviços, que, por sua vez, contrata o trabalhador responsável por atuar diretamente na contratante, via CLT. Depois de 2017, porém, “muitas relações passaram a ser bilaterais. Em vez de contratar como empregado, a empresa contrata sob a roupagem de pessoa jurídica”, explica o juiz do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (TRT-MG) e vice-presidente da Associação Nacional das Magistradas e Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Marco Treviso. Esse processo abriu espaço para substituir relações formais por arranjos mais precários e difíceis de contestar. O regime no qual empresas contratam prestadores de serviço como pessoas jurídicas para evitar o vínculo empregatício, é chamado de pejetização.

### “CLT premium” x “CEO de MEI”

Navegando pelo TikTok, um grupo de influenciadores digitais chama a atenção: aquele que se autointitula “CLT premium”. Suas rotinas contrastam com as de tantos outros trabalhadores sob o mesmo regime, que precisam cumprir jornadas presenciais, seguir horários rígidos e enfrentar longos deslocamentos. No caso da chamada “CLT premium”, o padrão costuma ser outro: não é preciso acordar às cinco da manhã para chegar ao trabalho, dá para ir à academia antes do expediente usando o Wellhub (antigo Gympass) — benefício oferecido por algumas empresas —, a remuneração tende a ser compatível com as qualificações; há possibilidade de alguns dias de trabalho remoto, os valores de vale-alimentação e/ou vale-refeição são mais robustos, e ainda tem o direito à folga no aniversário.

O movimento surge como uma forma de diferenciação. “Faz parte da cultura brasileira afirmar que se está em uma situação melhor do que os demais, em uma sociedade calcada por fortes desigualdades sociais históricas”, comenta Krein sobre a tendência.

Essa narrativa se expande justamente em um período marcado pelas consequências da reforma trabalhista. Quem se lembra do governo do presidente Michel Temer deve se recordar que a flexibilização das relações de trabalho — um dos pilares da reforma — era defendida sob o argumento de modernizar as leis brasileiras, consideradas à época atrasadas e desconectadas do restante do mundo.

Entre as mudanças trazidas, destacavam-se: a prevalência dos acordos coletivos sobre a legislação (conhecido como negociado sobre o legislado), desde que respeitados direitos como 13º salário e férias; a

ampliação das possibilidades de flexibilização da jornada de trabalho, que antes era limitada a 8 horas diárias (com até 2 horas extras) e passou a poder ser pactuada no modelo 12x36, com 12 horas de trabalho seguidas por 36 horas de descanso. Além da autorização para acordos individuais de compensação de horas e maior flexibilização do banco de horas.

José Dari Krein relembra ainda outro argumento recorrente naquele período: a promessa de criação de 6 milhões de empregos em dez anos, sendo 2 milhões apenas nos dois primeiros. Mas o que se viu nos anos seguintes à reforma foi o oposto. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, a taxa de desemprego estava em 12,3% e permaneceu praticamente estável em 2018 e 2019. Em 2020, já sob os efeitos da pandemia de covid-19, chegou ao pico de 14,6%. Em 2021, recuou para 12%. O pesquisador ressalta que a geração de postos de trabalho depende da dinâmica econômica e da decisão das empresas de contratar quando há resultado produtivo associado ao trabalho, além de debates mais amplos na sociedade, como a criação de novas ocupações.

Só agora, em 2025, o desemprego atingiu o menor índice da série histórica do IBGE: 5,4% no trimestre encerrado em outubro. A economista Lúcia Garcia explica que esse resultado é fruto de uma reorganização econômica promovida pelo governo atual. “À medida que a economia vai se organizando, a partir da atuação de todo o conjunto de ferramentas de gestão federal — como o Ministério da Fazenda, o Banco Central, a Receita Federal, as empresas públicas, os aparatos e as autarquias —, esses órgãos se realinham, e a economia brasileira responde positivamente a esse movimento”, reflete a especialista.

O aumento da quantidade de empregos, porém, não diz nada sobre a sua qualidade. “A flexibiliza-





O MEI, criado em 2008, é uma modalidade de formalização para pequenos empreendedores

ção das relações de trabalho mostra que os empregos pioram por inteiro”, afirma Krein. O professor reconhece que a transformação tecnológica impacta as relações laborais, mas enfatiza que não são as tecnologias que determinam as formas de contratação, e sim as relações sociais. “O que observamos foi um discurso hegemônico, mas não consensual, que busca desconstruir qualquer tipo de proteção social, associando direitos trabalhistas ao atraso e modernidade à ausência de proteção.”

É justamente essa justificativa falaciosa que costuma sustentar a retirada de garantias para supostamente alinhar a legislação às novas tecnologias. “A forma de contratação, os direitos, não têm nada a ver com tecnologia, mas com o que a sociedade pensa, com o que é considerado adequado para ter uma vida social menos excludente, com maior solidariedade e inclusão. Ou seja, têm a ver com o tipo de país que você quer construir”, constata o professor da Unicamp.

A economista do Dieese, Lúcia Garcia, descreve o cenário atual como um processo de “ampliação do assalariamento no Brasil a partir do rebaixamento de direitos, ou seja, de uma redução do custo do trabalho”. Em outras palavras, mesmo em um contexto de indicadores positivos — como o menor índice de desemprego desde 2012, segundo o IBGE, e o aumento das contratações formais, que somaram 1,8 milhão entre janeiro e outubro de 2025, de acordo com o [Novo Caged](#) — parte desses novos postos pode não corresponder a empregos de qualidade. Esse desequilíbrio também

O Novo Sistema do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) é, desde 2020, a ferramenta do governo federal responsável pela produção das estatísticas do emprego formal, com base em dados do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), do Caged tradicional e do Empregador Web.

ajuda a explicar o movimento de diferenciação dentro do próprio universo CLT: enquanto alguns trabalhadores desfrutaram de benefícios que deveriam ser básicos, outros enfrentam condições cada vez mais precárias.

Do outro lado dessa mesma plataforma de rede social, o TikTok, circulam vídeos voltados aos chamados “CEOs de MEI” — ora para motivá-los, ora transformá-los em chacota. Em um deles, uma mulher branca, por volta dos 25 anos, defende o título em tom de desafo: “Hoje eu vejo muitas pessoas criticando quem é MEI e se diz CEO. Quer saber quem se incomoda com você se chamar de CEO de MEI? Pessoas frustradas com a própria vida, que não têm um pingão de coragem para correr atrás dos próprios sonhos e fazer acontecer.” Outro vídeo segue o tom de meme, com a chamada: “você deu *match* com um ‘CEO de MEI’ e fã de bilionários”. Nele, um jovem interpreta falas que, segundo ele, seriam típicas desse personagem em um encontro romântico, como a recomendação do livro “Do Mil ao Milhão”, de Thiago Nigro, influenciador conhecido como “Primo Rico”, que justamente difunde o lema de que a riqueza é possível para todos, bastando ter disposição e dedicação.

Mas o que significa, afinal, ser “CEO de MEI”? Criado pela Lei Complementar nº 128, de 2008, o MEI é a modalidade destinada a microempreendedores individuais que faturam até R\$ 81 mil por ano. O regime oferece formalização simplificada, cobertura previdenciária e um custo mensal reduzido: o MEI contribui com 5% do salário mínimo ao INSS. Já o termo CEO, sigla para *Chief Executive Officer*, refere-se ao diretor executivo de empresas de grande porte. O uso combinado das duas expressões virou moda nas redes: ao mesmo tempo símbolo de orgulho do microempreendedorismo, também virou alvo de piadas pela distân-

cia entre a retórica de sucesso e a realidade de precarização.

É justamente nessa lógica aspiracional que, nas redes sociais, influenciadores digitais ganham engajamento ao reforçar a ideia de que empreender é o melhor caminho. Liberdade, flexibilidade, ganhos maiores e, quem sabe, a promessa — frequente nesses perfis — de ‘fazer um milhão de reais em um ano’ formam uma oferta sedutora. Para isso, esses conteúdos costumam reforçar a ideia de que os microempreendedores devem se projetar como donos de uma grande companhia — uma lógica próxima ao slogan em inglês *fake it until you make it* (finja até conseguir) — mesmo que sua atividade cotidiana esteja muito distante desse cenário.

Lúcia Garcia, porém, alerta para as distinções necessárias: “Existe uma economia popular no Brasil que precisa ser protegida e incentivada, que é importante. O espírito das pessoas que desejam se organizar fora do assalariamento pode ser legítimo. Mas aqui não estamos falando disso, estamos falando de uma apropriação desse desejo de autonomia e liberdade, um ‘desejo’ da classe trabalhadora, em benefício do grande capital.”

A economista completa: “Se, por um lado, estamos falando de um capital organizado que explora o desespero do trabalhador, impondo que o vínculo seja estabelecido pela contratação via MEI, por outro, nós sempre tivemos o ‘capitão do mato’, que é aquele sujeito que sonha em ser senhor e explora os seus quase iguais”. A figura, para ela, se expressa hoje nos *coaches* de empreendedorismo que difundem nas redes a promessa de autonomia enquanto reforçam relações precárias.

O juiz do Trabalho Marco Treviso observa que, embora a ‘pejotização’ atinja cada vez mais pessoas de classe média e baixa — que, sem alternativas, acabam aceitando a contratação como PJ —,

esses ambientes digitais têm reforçado “principalmente na cabeça dos jovens, a falsa ideia de que ‘pejotizar’ é melhor para receber mais”.

Para explicar essas tendências na forma de ver o trabalho no Brasil de hoje — como a disputa simbólica entre as diferentes modalidades trabalhistas, citada no início desta reportagem — Garcia destaca três dimensões fundamentais: o lugar de classe (a posição social que a pessoa ocupa), a consciência de classe (a compreensão dessa posição) e sua projeção (a classe à qual acredita pertencer). Esses conceitos, afirma a especialista, aparecem nitidamente nas postagens, nos influenciadores, nos *coaches* e até nas ofertas de emprego que circulam na plataforma digital voltada a relações profissionais, *LinkedIn*. “São cenários que existem concretamente na estrutura econômica e que revelam a polarização do mercado de trabalho, ou seja, a forma como a classe trabalhadora e a própria estrutura do trabalho estão organizadas.”

## O efeito dominó da ‘pejotização’

O avanço da ‘pejotização’ já produz efeitos concretos. Segundo nota técnica do Ministério do Trabalho e Emprego, a migração de 5,5 milhões de trabalhadores da CLT para contratos como pessoa jurídica resultou, entre 2022 e 2025, em uma perda de R\$ 70 bilhões para a Previdência Social.

O sistema brasileiro de Seguridade Social é baseado na solidariedade intergeracional: de modo simplificado, são as pessoas que trabalham hoje que financiam a aposentadoria de quem já saiu do mercado, esperando que o mesmo aconteça com elas no futuro. Mas, conforme mais trabalhadores deixam de contribuir, ou passam a contribuir menos, essa estrutura se afunila, fragilizando a capacidade do Estado de manter benefícios e proteger as próximas gerações.

Para José Dari Krein o alerta é claro: “Com o avanço da ‘pejotização’, a arrecadação da Previdência — mesmo considerando a contribuição possibilitada pelo MEI — tende a cair de forma bastante intensa. Será praticamente impossível que o Estado mantenha o sistema de aposentadoria como o conhecemos hoje.” Ele completa: “Isso afeta todo o sistema de Seguridade Social, outro elemento fundamental para garantir um mínimo de proteção às pessoas em uma sociedade como a nossa.”

Por mais que a geração dos 20 e poucos anos costume dizer que “não vai se aposentar”, seja pela precariedade das oportunidades, seja pelas regras estabelecidas pela reforma da Previdência de 2019, talvez exista outro risco: que, no futuro, não haja gente suficiente contribuindo para garantir a aposentadoria deles.

Treviso, considera esse cenário um gatilho para uma nova reforma no futuro. “Todas as reformas

tributárias e previdenciárias vieram com a justificativa da necessidade de equilibrar as contas públicas”, afirma. E completa: “Quando falamos dessa perda arrecadatória, fatalmente seremos obrigados, em um futuro próximo, a promover novas reformas previdenciárias”. Hoje, para se aposentar com o valor integral, um homem precisa contribuir por 40 anos ininterruptos e uma mulher, por 35. E em algumas décadas? “A aposentadoria deixará de existir, pelo menos para uma boa parte da população”, conclui o vice-presidente da Anamatra.

A escalada da ‘pejotização’, além de indicar efeitos que tendem a se agravar no longo prazo e podem pressionar o Estado a um colapso fiscal, já produz consequências imediatas para quem trabalha. Entre elas está o impacto sobre mulheres contratadas como PJ, que, ao engravidarem, não têm direito à licença-maternidade. “A empresa não vai complementar o salário da trabalhadora PJ, enquanto, no contrato sob a égide da CLT, a funcionária recebe o salário-maternidade em valor equivalente à sua remuneração”, observa Treviso.

Já o FGTS, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, registrou, segundo o mesmo documento do MTE, uma perda de quase R\$ 27 bilhões entre 2022 e 2025. Esse fundo funciona como uma espécie de poupança criada para proteger o trabalhador com carteira assinada em situações como demissão sem justa causa e doenças graves, além de auxiliar no financiamento da compra da casa própria ou aposentadoria. Ao mesmo tempo, também é uma maneira do Estado financiar políticas públicas, como saneamento básico.

“Sem FGTS, não há financiamento habitacional, não há pessoas podendo adquirir, por meio do maior programa de financiamento habitacional do mundo — o Minha Casa Minha Vida — o imóvel próprio. Também não há o benefício social do seguro-desemprego. Deixa de existir, ainda, investimentos em saneamento básico, porque é por meio do FGTS que se financiam os projetos nessa área”, explica Treviso. E conclui: “Quando se contrata um PJ, rompe-se toda a estrutura constitucional brasileira, que é totalmente calcada na relação de emprego”.

Não por acaso, segundo a pesquisa do Datafolha de junho de 2025, cerca de 71% das mulheres e 72% dos trabalhadores com renda de até dois salários mínimos afirmam preferir o regime CLT — justamente os grupos que mais enfrentam vulnerabilidades. O procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT) em São Paulo e coordenador nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho (Conafret), Rodrigo Castilho, lembra que o Brasil se estruturou historicamente sobre uma força de trabalho composta por empregados com direitos assegurados pela Constituição e pela legislação trabalhista. A migração para um paradigma de “pejotização”, no qual o trabalhador passa a ser tratado como empresário individual representa, segundo ele, a perda dessas garantias sociais. Castilho reforça: essa mudança “impacta todo o mercado de trabalho, afeta as contas públicas e compromete a Seguridade Social”.

## O STF redefinirá o futuro do trabalho?

Em abril de 2025, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu a tramitação de todos os processos que discutiam a legalidade da ‘pejotização’. Na decisão, afirmou que a controvérsia tem sobrecarregado o STF diante do aumento de reclamações contra sentenças da Justiça do Trabalho.

O conflito, que ganhou força no último ano, remonta a 2018, quando o Supremo declarou inconstitucional uma súmula do Tribunal Su-



perior do Trabalho (TST) que proibia a ‘pejotização’ quando utilizada para mascarar um vínculo empregatício. A partir dali, a Corte passou a endossar o trecho da reforma trabalhista de 2017 que liberou a terceirização ampla. Desde então, ministros têm revertido reconhecimentos de vínculo feitos pela Justiça do Trabalho. Na prática, quando empresas perdem ações trabalhistas, recorrem ao STF, que pode derrubar a decisão.

No texto que suspendeu os processos, Mendes escreveu que “o descumprimento sistemático da orientação do Supremo Tribunal Federal pela Justiça do Trabalho tem contribuído para um cenário de grande insegurança jurídica”, alimentando a multiplicação de ações que chegam à Corte, que acaba atuando como instância revisora.

Para Rodrigo Castilho, o impasse reflete a divergência entre tribunais: “Alguns juízes autorizam essa prática, outros a negam por violação à legislação social. O Supremo entendeu que o tema deve ser julgado pela Corte mais importante do país”. Ele ressalta que o MPT vê com apreensão esse cenário que deve criar um precedente vinculante: “Primeiro, decidirá se a Justiça do Trabalho tem competência para julgar esses casos. Depois, definirá a quem cabe o ônus de provar se essa prática é ilícita ou não — se é uma prática empresarial ou não e quem terá o ônus de provar se há ilegalidade: o trabalhador ou a empresa”.

A Anamatra também demonstra preocupação. Marco Treviso considera que o impacto já é extremamente prejudicial, dada a quantidade de processos de

trabalhadores que estão parados. A situação contrasta, inclusive, com um dos argumentos centrais da reforma trabalhista: a redução do volume de ações na Justiça do Trabalho e mais “segurança jurídica”. Segundo dados do TST, somente em 2024 foram registradas mais de 285 mil ações pedindo o reconhecimento de vínculo empregatício.”

“Se considerarmos o ano de 2024 e também os processos distribuídos em 2025 [mais de 53 mil até fevereiro, segundo o TST] podemos já ter ultrapassado a marca de 400 mil processos que estão, aguardando essa definição do Supremo Tribunal Federal”, afirma Treviso. O vice-presidente da Anamatra ainda acrescenta outro cálculo: “Se considerarmos que cada processo tem um autor e um réu, são, pelo menos, 400 mil trabalhadores diretamente impactados por essa decisão. Trabalhadores que, em tese, estão postulando o reconhecimento dos direitos básicos de uma relação de emprego”.

Meses depois da suspensão — que ainda não tem data para ser revista —, o STF convocou, em outubro de 2025, uma audiência pública para debater os desafios econômicos e sociais da ‘pejotização’. Sobre o evento, Treviso comenta: “Tínhamos profissionais defendendo a pejotização e também profissionais se posicionando de forma contrária”. Ele pontua que um dos pontos em discussão é justamente se o julgamento deve ou não ser realizado pela Justiça do Trabalho.

A expectativa para o desfecho do caso é que “o STF encontre uma solução que preserve a integridade da Constituição Federal, ou seja, os direitos e garantias fundamentais da classe trabalhadora, assegure sua proteção previdenciária, uma vez que toda a Previdência Social está estruturada no regime da CLT, e preserve a competência da Jus-

tiça do Trabalho para apreciar e julgar esse tipo de demanda”, ressalta Treviso, que conclui: “Estamos na expectativa de um julgamento colegiado que mantenha esses pilares fundamentais”.

Já para Rodrigo Castilho há preocupação de que o julgamento resulte em uma decisão favorável à ‘pejotização’, e isso “pode transformar o mercado de trabalho no Brasil, deixando os trabalhadores totalmente desassistidos, sem nenhum direito ou garantia”. Ele afirma ainda que o impacto seria sentido nas contas públicas, nas áreas econômica, social, previdenciária e assistencial. “É muito preocupante essa situação que o país enfrenta, na contramão de muitos países ocidentais, que não estão seguindo esse caminho da desregulamentação total das relações de trabalho e têm se preocupado com sua mão de obra, com seu mercado de trabalho e em assegurar direitos aos trabalhadores”, reforça.

Além das desvantagens individuais e da possível desestruturação da vida social e econômica como um todo, a ‘pejotização’ projeta outra consequência para o futuro: um mercado de trabalho ainda mais competitivo. “Se queremos uma sociedade civilizada, precisamos de parâmetros de inclusão e integração”, enfatiza o professor da Unicamp José Dari Krein. Portanto, a escalada da pejotização que observamos hoje, caso não seja freada pela futura decisão do STF, pode “criar instabilidade e basear a sociedade na concorrência pura e simples. Não existirá coesão nem solidariedade nesse processo, e pensar nisso é extremamente prioritário para pensar o futuro da sociedade brasileira”. O alerta é como uma síntese do que está em jogo: a forma como o país decidir lidar com esse fenômeno definirá o futuro das relações de trabalho e o tipo de sociedade que se pretende ter. ●

“

SÃO, PELO MENOS, 400 MIL TRABALHADORES DIRETAMENTE IMPACTADOS POR ESSA DECISÃO.

**TRABALHADORES QUE, EM TESE, ESTÃO POSTULANDO O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS BÁSICOS DE UMA RELAÇÃO DE EMPREGO”**

MARCO TREVISIO  
VICE-PRESIDENTE DA ANAMATRA

O nome é longo: Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – ou COP para facilitar. Seu objetivo é ousado: negociar metas para redução das emissões dos gases causadores do efeito estufa entre os países da Organização das Nações Unidas (ONU) e frear o processo de aquecimento global. Uma tarefa monumental e urgente, mas cujos resultados práticos até aqui têm sido escassos.

## De Kyoto a Paris

Essa história começa no final da década de 1980. Evidências científicas do impacto das atividades humanas na atmosfera e no clima fizeram com que a ONU criasse um comitê para produzir relatórios periódicos do conhecimento científico sobre as mudanças climáticas e orientar a tomada de decisões: o IPCC, sigla em inglês para Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima. A partir de 1990, quando divulgou seu primeiro relatório, o IPCC passou a alertar para os riscos das emissões de gases produzidos pela queima de combustíveis fósseis e pelo desmatamento. Por isso, a ONU aprovou em 1992 o texto para criação de uma convenção para tratar do tema, que foi assinado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. Estava criada a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), cujo objetivo era encontrar meios para evitar uma “interferência antrópica perigosa no sistema climático”.

Para **criar acordos internacionais** com esse fim e atualizar seus resultados é que são realizadas as Conferências das Partes. A primeira foi em 1995, na Alemanha, e produziu uma orientação para a construção de um instrumento legal para implementar a convenção do clima. Dois anos depois ele foi criado e batizado com o nome da cidade-sede da COP no Japão. O Protocolo de Kyoto foi o primeiro tratado internacional com metas obrigatórias de redução de emissões para países desenvolvidos.

Só que o acordo teve impacto limitado pela não adesão dos Estados Unidos, que alegou ser contrário a um tratado que não incluísse obrigações para países então considerados emergentes, como China e Índia. Um conflito que só se acirrou. De acordo com o Observatório do Clima, 15 anos após Kyoto, em 2012, os países em desenvolvimento já emitiam 59% dos gases de efeito es-

tufa do mundo, com a China se tornando o maior poluidor do planeta. Por outro lado, as emissões *per capita* nos países em desenvolvimento são muito menores do que nos países desenvolvidos, assim como as emissões históricas cumulativas. Debates que pautam as negociações do clima até hoje.

Depois de Kyoto, as COP só voltariam a registrar um marco tão significativo na 21ª edição, em 2015. Ali foi aprovado o principal acordo global contra as mudanças climáticas: o Acordo de Paris. Ele estabeleceu um compromisso de estabilizar, até 2050, o aquecimento global a um limite de 1,5 °C em relação ao período pré-industrial, com metas de redução das emissões que cada país deveria apresentar e revisar periodicamente, chamadas de Contribuições Nacionalmente Determinadas, ou NDCs.

Assim como todas as decisões tomadas nas conferências da ONU, essa foi fruto de um consenso entre os quase 200 países signatários. E o consenso é uma faca de dois gumes: de um lado permite que todos sejam ouvidos – do mais rico ao mais pobre, do maior emissor ao menor; de outro, porém, faz com que as decisões tomadas nesses espaços sejam com frequência pouco ambiciosas. Com o Acordo de Paris não foi diferente. Por mais que tenha trazido inovações – como a universalização do compromisso climático entre os países e a fixação de objetivos claros e científicos – o Acordo estipulou que as metas de redução das emissões seriam voluntárias, sem prever sanções para o não cumprimento, por exemplo (o que era previsto no Protocolo de Kyoto). O resultado foi que as metas apresentadas se mostraram tímidas, muito aquém do necessário para cumprir o objetivo. E isso ficou ainda mais difícil com a mudança na conjuntura geopolítica, principalmente após a saída dos Estados Unidos do Acordo, em 2020, no primeiro mandato de Donald Trump.

## COP30: entre a decepção e a esperança

Passados 10 anos, o cenário pouco melhorou: um estudo recente mostrou que as emissões globais continuaram aumentando após 2015, ainda que a um ritmo menor que um quinto do observado na década anterior ao Acordo de Paris. Só que as projeções do IPCC apontam que à essa altura as emissões deveriam estar despencando. Segundo Stela Herschmann, especialista em Política Climática do Observatório do Clima, é preciso cortar as emissões globais em 43% até 2030 para ficar dentro do limite de 1,5 °C de aquecimento. “Os cenários mais otimistas dizem que a gente passa de um 1,5 °C e até o fim do século volta a ficar abaixo. Quanto menos ultrapassarmos esse limite, menos chance de romper os ciclos de equilíbrio terrestre e mais rápido a gente consegue voltar, o que significa

As conferências se dividem basicamente em cinco espaços. Na plenária de abertura, se definem os temas que serão discutidos naquela COP (e os que não serão). Já a Cúpula de Líderes reúne presidentes e premiês, que discursam e dão o tom das negociações a seus delegados; aqui também podem ser firmados acordos bilaterais ou multilaterais, porém sem consenso entre todos os países. O terceiro espaço são os grupos de contato, nos quais negociadores discutem temas específicos em grupos menores. Ao final, cada grupo apresenta um documento de consenso para compor o texto final. O que não foi possível resolver ali é discutido no segmento de alto nível, que reúne ministros, para tentar chegar a um consenso. Por fim, na plenária final, é apresentado aos delegados o texto de consenso (o acordo), bem como os demais documentos produzidos durante a Conferência.



impactos menos severos. É uma corrida contra o tempo”, destaca.

Foi em parte devido a esse senso de urgência que a Presidência brasileira da COP30, realizada em novembro de 2025 em Belém, adotou a expressão “COP da Implementação” como mote político do encontro. Mas de acordo com Viviana Santiago, diretora-executiva da Oxfam Brasil, a COP30 ofereceu apenas uma “faísca de esperança”, em meio a “mais decepção”. A esperança é o Mecanismo de Ação de Belém, marco simbólico que procura aliar a transição climática com a justiça social, reivindicado a incorporação de direitos trabalhistas, proteção social, inclusão de gênero, reconhecimento de povos indígenas e tradicionais no processo de enfrentamento às mudanças climáticas. “Aparece ali, pela primeira vez, a menção a comunidades afrodescendentes, ao papel dos povos indígenas enquanto defensores incontornáveis das florestas, que precisa ser considerado. Uma linguagem que aponta para o reconhecimento de grupos, populações e processos fundamentais para a construção de um olhar de justiça climática”, destaca Santiago.

Só que entre as palavras e as ações necessárias para torná-lo realidade há um abismo. Um que o acordo principal da COP30 pode ter deixado ainda maior. E isso tem a ver com as tais “decepções”. Segundo Santiago, as maiores foram as ausências, no acordo principal da COP30, de dois “mapas do caminho” (ou *roadmaps*, no linguajar da conferência). Seriam uma espécie de compromisso para iniciar um processo de construção coletiva de dois planos globais, com objetivos, cronogramas e metas claras: um para lidar com o problema dos combustíveis fósseis e outro com o do desmatamento. Mas isso acabou ficando de fora do texto final por falta de consenso. “Sem isso, tudo fica em risco, especialmente os direitos e a existência das comunidades que já estão mais expostas aos efeitos da crise”, avalia Santiago. Segundo ela também faltou dar mais clareza no texto sobre o financiamento das medidas de miti-

gação (corte das emissões) e adaptação (redução das vulnerabilidades de populações, ecossistemas e economias às mudanças climáticas) – com valores, responsabilidades e cronogramas. “A gente não avançou o suficiente. O Norte Global precisa se responsabilizar pelo financiamento para que o Sul Global possa atravessar a crise climática construindo resiliência e uma transição justa”, ressalta.

Já para Stela Herschmann, a COP30 teve um “saldo positivo” em um contexto global difícil – marcado por guerras (que reorientam prioridades orçamentárias dos países envolvidos e capturam parcela importante da ajuda humanitária), e por mais uma saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris (Donald Trump, de novo ele, dessa vez em 2025), entre outros fatores. Para ela, a medida do sucesso da COP30 era avançar em relação ao primeiro Balanço Global do Acordo de Paris, aprovado na COP28, em Dubai, que indicou, pela primeira vez, a necessidade de “fazer a transição para longe dos combustíveis fósseis”. Foi nesse sentido que o governo brasileiro encabeçou a iniciativa a favor da criação dos “mapas do caminho” que acabaram de fora do acordo final. No entanto, para Herschmann, o movimento pode ser considerado um avanço em relação à Dubai, mas isso vai depender dos desdobramentos desse processo. “Não são os avanços que o mundo precisa, mas são passos na direção correta”, assinala. Segundo ela, foi uma “solução criativa” para encaminhar um processo paralelo à decisão final da conferência e dar relevo político às duas questões. Principalmente pela dificuldade de se chegar a um consenso sobre temas que “mexem com interesses nacionais muito grandes”. “Agora é preciso ver o engajamento desses países [que apoiaram a iniciativa] para que a gente de fato consiga fazer esse processo ser crível. Sozinho nenhum país vai abandonar os combustíveis fósseis”, diz a especialista em Política Climática do Observatório do Clima. E completa: “Mas Belém pode ter sido a semente de um processo muito importante”. ●

## Influência do lobby fóssil nas decisões preocupa

Um dos temas mais espinhosos do debate sobre as COP tem um nome um tanto quanto sombrio: lobby fóssil – assim vêm sendo chamado o conjunto de delegados credenciados para participar das negociações como observadores ou até como parte de delegações nacionais, mas que representam os interesses das grandes corporações de áreas como petróleo, gás e carvão. Especialistas vêm denunciando que o número de representantes desse lobby – que na COP30 foi maior do que a delegação de todos os países, com exceção do Brasil – tem pesado a balança em favor dos interesses das empresas que mais têm contribuído com o aquecimento global: três quartos das emissões globais vêm da queima dos combustíveis fósseis (o restante vem do desmatamento). Mas a primeira referência à necessidade de se afastar dos combustíveis fósseis para enfrentar a crise climática aconteceu apenas em 2023, mais de 30 anos após a criação da Conferência do Clima. O que mostra a dificuldade em pautar o tema. Para muitos, isso tem a ver com a influência desproporcional desses grupos nas negociações. “O ideal seria rever essas formas de participação. Mas sabemos que tem países inteiros que não têm interesse nisso, cuja economia é muito voltada para os combustíveis fósseis. Não é uma tarefa fácil. Mas existem conversas”, explica Stela Herschmann. Já Viviana Santiago também vê uma reforma nesse sentido como necessária, porém muito difícil. “Esses lobistas constroem e dão forma a narrativa de que é preciso mais tempo, de que existem maneiras de manter o uso de combustíveis fósseis”, alerta a diretora-executiva da Oxfam Brasil. E completa: “É importante a participação de setores produtivos, mas não com essa capacidade de influência, que determina uma pressão quase incontornável diante dos desafios climáticos”.

# A DESIGUALDADE EM NÚMEROS

Mesmo com ensino superior completo, as mulheres continuam recebendo menos que os homens. Já trabalhadores pretos, pardos e indígenas têm rendimentos inferiores à média nacional. Os dados do Censo Demográfico 2022, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no final de 2025, revelam que a desigualdade salarial persiste no Brasil entre trabalhadores em todos os níveis de instrução.

Segundo o levantamento, 28,9% das mulheres ocupadas possuíam diploma universitário, contra 17,3% dos homens. Apesar da formação, elas recebiam, em média, R\$ 4.591, enquanto os homens ganhavam R\$ 7.347.

O IBGE considera como ocupada a pessoa de 14 anos ou mais que, entre 25 e 31 de julho de 2022, – momento de realização da pesquisa – estava temporariamente afastada de uma atividade remunerada ou trabalhou ao menos uma hora. Naquele ano, o salário mínimo era de R\$ 1.212.

A desigualdade salarial também aparece entre grupos raciais. Pessoas que se autodeclararam amarelas (segundo o IBGE, de origem oriental, como japonesa, chinesa, coreana etc) tiveram os maiores rendimentos médios em todos os níveis de instrução. Alguns grupos recebem muito mais do que outros, ainda entre aqueles com diploma de nível superior: os amarelos recebiam, em média, R\$ 8.411, seguido pelos brancos (R\$ 6.547). Já os pardos (R\$ 4.559), pretos (R\$ 4.117) e indígenas (R\$ 3.799), são os que recebem menores salários.

## GRADUAÇÃO COMPLETA



## DESIGUALDADE SALARIAL POR RAÇA



## RENDIMENTO MÉDIO



## DESIGUALDADE DE ESCOLARIDADE POR RAÇA





# 60 anos do golpe, 50 anos da Revolução: democracia em disputa em Brasil e Portugal



Orgs.  
André Vianna Dantas  
Cátia Guimarães  
Manuel Loff



Livro disponível no  
Portal EPSJV, em:  
[epsjv.fiocruz.br](http://epsjv.fiocruz.br)

expressão  
POPULAR



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE  
JOAQUIM VENÂNCIO

FIOCRUZ